ATA

Aos vinte e quatro dias do mês de abril do ano de dois mil e vinte e seis, no Auditório Arte e Cultura "Luis Teixeira", em Valpaços, pelas 14:40 horas, reuniu a Assembleia Municipal de Valpaços, com a seguinte ordem de trabalhos:----------

0. Período antes da ordem do dia;----------

1. Aprovação da ata da Assembleia Municipal realizada no dia 14 de fevereiro de 2026;----------

2. Informação do Presidente da Câmara Municipal;----------

3. Homologação da verificação interna da conta nº 2933/2022 - Município de Valpaços;----------

4. Relatório de Atividades & Contas- Ano de 2025.----------

5. Proposta apresentada pela Câmara Municipal, para discussão e votação, da aprovação da 2.ª Revisão aos Documentos Previsionais do Ano 2026;----------

6. Proposta apresentada pela Câmara Municipal, para discussão e votação, da aprovação de medidas mitigadoras dos efeitos económicos adversos provocados pela crise petrolífera que afeta sobretudo as economias europeias;----------

7. Proposta apresentada pela Câmara Municipal, para discussão e votação, da aprovação da 1ª alteração ao Mapa de Pessoal para o ano de 2026;----------

8. Proposta apresentada pela Câmara Municipal, para discussão e votação, da aprovação da isenção de taxas municipais, ao abrigo do artigo 26.º do Regulamento de Liquidação e Cobrança de Taxas de Urbanização e Edificação do Município de Valpaços, requerida pela sociedade DTE - Instalações Especiais, S.A, (anexada de adenda de retificação);----------

9. Proposta apresentada pela Câmara Municipal, para discussão e votação, da aprovação da isenção de taxas municipais, ao abrigo do artigo 26.º do Regulamento de Liquidação e Cobrança de Taxas

de Urbanização e Edificação do Município de Valpaços, requerida pela sociedade Dstelecom II Norte, Unipessoal, Lda.----------

A Profª Maria Odete do Canto Cunha Gonçalves, em substituição da Presidente da Assembleia Municipal deu início à reunião pelas 14:40 horas, tendo procedido à chamada dos Senhores Membros da Assembleia Municipal, verificando-se a presença de 50 membros e a existência de quórum, a saber:----------

Mesa:

Presidente:

1°Secretário: Maria Odete do Canto Cunha Gonçalves;

2° Secretário: Saúl António Teixeira Pessoa.

Membros Eleitos da Assembleia Municipal presentes na Reunião:

Vítor Manuel Coelho Nogaró;
António Manuel Castanheira Lopes;
Silvia Hermenegildo Barroso;
Ema Paula Morais Gonçalo;
Manuel Paulo Ribeiro;
Dora José Batista Terrão Barroso;
António Telmo Teixeira Moreira;
António de Jesus Costa;
António Luis Salvador Ambrósio;
Sebastião Vila das Neves, em substituição de António Jorge Vieira Ribeiro;
Rodrigo Manuel Carvalho Maia, em substituição de João Pedro Gomes Vassal;
Vítor Manuel Teixeira Machado;
Carla Alexandra Valpaços Batista;
Amílcar Cândido do Nascimento Escudeiro;
José Cândido Lopes;

Francisco Manuel Moreira Machado;
Fernando Teixeira Fernandes;
Rosa Inês Correia de Andrade;
Carlos Alberto Lopes Nogueira;
António Fernando do Nascimento Escudeiro;
Manuel Barreira, em substituição de Anabela do Carmo Rodrigues;
Nádia de Nazaré Pires Gavaia Miguéis.

Presidentes de Junta de Freguesia presentes na Reunião:

José Olimpio Morais Pereira;
Anídio de Castro Barreira;
António Tabuada Taveira;
Luis Miguel Moutinho Ferreira Valpaços;
Carlos Jorge Rodrigues de Sousa;
Cristóvão Teixeira Mesquita;
Isabel da Natividade Azevedo Alves de Almeida;
João Carlos Barreira Soares;
Amílcar Augusto Fernandes Veloso;
Ercílio José Teixeira Meireles;
José Manuel Teixeira Vieira;
Alexandra José Teixeira Barreira Moutinho;
Ricardo Filipe Lopes Teixeira;
Carlos Alberto Dias Vieira;
Fernanda da Conceição Azevedo Borges;
Walter Medeiros Rodrigues, em substituição de Maria de Fátima Casares Machado;
Carlos João dos Santos Neto;
Anália Raquel Grazina de Sousa;
Hélder Valdemar Correia Martins;
Domingos José Teixeira Mosca;
Eugénio Esteves Teixeira;
Luis Carlos Fernandes Teixeira;

Fernando João Magalhães dos Santos;
Maria João Ribeiro de Sousa;
Sónia Crisálida Alvarelhos Barreira.

Justificação de falta à reunião da Assembleia Municipal realizada no dia 14 de fevereiro de 2026:

- Maria Odete do Canto Cunha Gonçalves

CORRESPONDÊNCIA RECEBIDA

Foi rececionado o ofício do Tribunal Contas referente á Homologação da verificação interna da conta de gerência do ano 2022.----------
Foi rececionada, a moção de recomendação apresentada pelo Partido Chega.----------
Pediu a substituição Anabela do Carmo Rodrigues, tendo sido convocado Manuel Barreira.----------
Pediu a substituição António Jorge Vieira Ribeiro, tendo sido convocado Sebastião Vila das Neves.----------
Pediu a substituição António João Pedro Gomes Vassal, tendo sido convocado Rodrigo Manuel Carvalho Miguéis.----------
Pediu a substituição Maria de Fátima Casares Machado, tendo sido convocado Walter Medeiros Rodrigues.----------

0-PERIODO ANTES DA ORDEM DO DIA

Foi presente uma **MOÇÃO DE RECOMENDAÇÃO do CHEGA** de Valpaços, apresentada pelo senhor deputado Carlos Nogueira, cujo teor se transcreve na íntegra para todos os efeitos legais:----------

«Considerando que a gestão de dinheiros públicos deve obedecer aos princípios da legalidade, transparência, rigor e responsabilidade, conforme consagrado na lei;----------

Considerando que a atribuição de subsídios por parte das autarquias locais está sujeita a regras de controlo e fiscalização, nomeadamente no âmbito do regime financeiro das autarquias locais e das entidades intermunicipais (Lei nº 73/2013, de 3 de setembro), bem como aos princípios gerais da boa administração pública;----------

Considerando que se verifica, na prática, um tratamento desigual na exigência de prestação de contas por parte das entidades beneficiárias de apoios públicos, há quem apresente faturas, recibos a comprovar a aplicação de fundos e há quem não o faça.—

Considerando que a simples apresentação de relatórios de atividades e contas, com a discriminação genérica, não garante uma verificação efetiva, rigorosa e transparente da aplicação dos fundos públicos.----------

Considerando que a ausência de exigência de documentação comprovativa detalhada fragiliza os mecanismos de controlo e pode abrir espaço a irregularidades.----------

O grupo Municipal do CHEGA de Valpaços recomenda que:----------

1.A Câmara Municipal de Valpaços passe a gerir, de forma obrigatória, sistemática e sem exceções, a todas as associações, clubes, particulares e demais entidades que beneficiem de apoios financeiros públicos, a apresentação de comprovativos da aplicação dos respetivos subsídios/fundos, designadamente faturas, recibos e documentos equivalente legalmente válidos.----

2.Seja estabelecido um procedimento uniforme de fiscalização e verificação desses documentos, garantindo igualdade de tratamento entre todos os beneficiários; ----------

3. O incumprimento destas obrigações determine consequências claras, nomeadamente a impossibilidade de acesso a futuros apoios

públicos, e quando aplicável, a devolução dos montantes indevidamente justificados, nos termos legais;----------

4.Seja reforçado o acompanhamento e auditoria dos apoios atribuídos, promovendo uma cultura de rigor e responsabilidade na utilização do erário público. ----------

5.Fique expressamente salvaguardado que o presente escrutínio incide exclusivamente sobre os montantes atribuídos pelo município de Valpaços, não sendo aplicável às restantes receitas próprias das associações, clubes ou demais entidades beneficiárias;----------

6- A documentação apresentada seja devidamente organizada e arquivada nos serviços municipais, garantindo o seu acesso para eleitos, garantido o seu acesso para efeitos de consulta, fiscalização e acompanhando por parte dos eleitos locais, designadamente do Grupo Municipal do CHEGA.----------

Esta recomendação visa assegurar que cada euro proveniente dos contribuintes é devidamente justificado, aplicado com transparência e sujeito ao escrutínio que os cidadãos exigem e merecem.----------

Intervenções: Deputados Francisco Machado, Ema Paula Gonçalo, Carlos Nogueira, António Escudeiro, Luís Miguel Valpaços e José Cândido Lopes.----------

Às 15:10 horas, entrou na sala onde decorria a Assembleia Municipal, a senhora Presidente da Assembleia Municipal, tendo ocupado o seu lugar e assumido a condução dos trabalhos.---------

DELIBERAÇÃO: Rejeitada, por maioria, com quarenta e sete votos contra e quatro votos a favor (Chega).----------

Abertura de inscrições antes da ordem do dia:

Intervenções: Presidente de Junta de Freguesia de Valpaços; Deputado Manuel Barreira; Presidente da Assembleia Municipal, Deputado José Cândido Lopes; Deputado Carlos Nogueira; Presidente

da Junta de Freguesia de Canaveses; Presidente da Junta de Freguesia de Maria de Émeres; Deputada Dora Barroso, Presidente da Junta de Freguesia de Fornos do Pinhal, Deputado Sebastião Vila das Neves e Presidente da Câmara Municipal.----------

PERIODO DA ORDEM DO DIA

1.Aprovação da ata da Assembleia Municipal realizada no dia 14 de fevereiro de 2026;----------

De seguida, a Senhora Presidente da Assembleia Municipal pôs à discussão a ata relativa à sessão da Assembleia Municipal, realizada no dia 14 de fevereiro de 2026, enviada a todos os membros.----------

Por não haver inscrições, foi posta à votação, tendo sido **aprovada por unanimidade.**----------

2. Informação do Presidente da Câmara Municipal;----------

A informação do senhor Presidente da Câmara Municipal foi suportada em documento escrito que, a seguir, se transcreve: ----

Assunto: Informação da situação financeira do município.--------

Ex.ma Senhora Presidente da Digníssima Assembleia Municipal de Valpaços,----------

Considerando que a alínea c) do n.º 2 do artigo 25º do anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, estabelece que a Assembleia Municipal aprecia em cada uma das suas sessões ordinárias, uma informação escrita do Presidente da Câmara Municipal acerca da situação financeira do município;----------

Considerando que o n.º 4 do artigo 35.º do anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, refere que a informação do Presidente da Câmara deve fazer referência ao saldo e ao estado das dívidas a fornecedores e as reclamações, recursos hierárquicos e processos judiciais pendentes, com indicação da respetiva fase e estado.----------

Considerando que a Digníssima Assembleia Municipal reúne ordinariamente em 24 de abril de 2026, levo ao seu conhecimento

uma síntese da situação financeira do município de Valpaços, reportada a 31 de março de 2026.----------

Considerando que a alínea c) do n.º 2 do artigo 25º do anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, estabelece que a Assembleia Municipal aprecia em cada uma das suas sessões ordinárias, uma informação escrita do Presidente da Câmara Municipal acerca da situação financeira do município, o que inclui o estado das dívidas a fornecedores e os processos judiciais pendentes, pelo que levo ao conhecimento desta Assembleia uma síntese da situação financeira do município de Valpaços, reportada a 31 de março de 2026. ----------

Ao nível das «Disponibilidades», o saldo das disponibilidades em 31 de março de 2026 era de 10.805.055,87 euros, dos quais 8.482,41 euros encontravam-se nas caixas das tesourarias (tesouraria principal e serviço de águas) e 10.796.573,46 euros em contas bancárias tituladas em nome do município. Dar nota, que do total das disponibilidades existentes em bancos, 735.709,29 euros dizem respeito a garantias e cauções prestadas no âmbito da execução de fornecimentos de bens e serviços e empreitadas.------

No tocante às responsabilidades perante terceiros, a divida a fornecedores era de 300.052,75 euros.----------

Ao nível dos empréstimos, a divida era de 838.773,08 euros, a título de empréstimos de M/L prazo, o que já inclui o empréstimo contratualizado no âmbito do PAEL-Programa de Apoio à Economia Local, cujo capital em dívida no final do mês de março era de 191.351,16 euros. ----------

Relativamente ao «Endividamento», o limite da divida total para o ano 2026, calculada nos termos do n.º 1 do artigo 52º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro é de 31.478.852,78 euros e a capacidade de endividamento para o ano 2026 é de 5.735.612,79 euros. Todavia, a Lei n.º 73-A/2025, de 30 de dezembro, que aprova o Orçamento do Estado para o ano 2026, vem permitir, e de forma excecional, que a margem de endividamento seja aumentada para

40%, calculada nos termos da alínea b) do n.º 3 do art.º 52º da Lei das Finanças Locais, pelo que, e com esta prorrogativa, a capacidade de endividamento do município de Valpaços para o ano 2026 é de 11.471.225,58 euros.----------

Na execução orçamental da receita e da despesa, o orçamento inicial do município para o ano 2026, previa um total de receitas e despesas de 26.656.160,00 euros, sendo que as dotações corrigidas no final de março eram de 34.542.547,83.----------

Em março, a receita cobrada bruta fixou-se nos 7.493.800,25 euros, correspondendo a uma taxa de execução de 44,5%. ----------

O total das receitas correntes brutas cobradas fixou-se em 5.837.616,81 euros (taxa de execução de 26,1%) e a receita de capital em 1.656.183,44 euros (taxa de execução de 38,7%).-------

Ao nível das despesas, foram pagos 4.497.442,38 euros (taxa de execução de 20,08%) de despesas correntes e 871.286,24 euros (taxa de execução de 7,17%) de despesas de capital, perfazendo um total de despesas pagas de 5.368.728,62 euros, correspondendo a uma taxa de execução de 15,54%.----------

Os compromissos assumidos até ao final do mês de março para a gerência de 2026, importam em 21.988.538,90 euros, dos quais foram pagos 5.368.728,62 euros, estando assim por pagar 16.619.810,28 euros de compromissos assumidos.----------

No tocante à execução do Plano Plurianual de Investimentos, o total dos compromissos assumidos até março importam em 5.074.664,03 euros, tendo sido paga a importância de 689.513,21 euros, estando assim por pagar 4.385.150,82 euros.----------

O saldo para novos cabimentos era no final de março de 4.974.716,32 euros, estando assim o PPI cabimentado em 56% da sua dotação disponível.----------

A execução financeira do PPI no final do mês de março era de 6,11%.----------

No equilíbrio orçamental previsto no art.º 40º do regime financeiro das autarquias locais e das entidades intermunicipais,

no final de março de 2026, o equilíbrio orçamental estava a ser cumprido com uma margem de cerca de 1 milhão de euros.----------

Relativamente aos processos judiciais em curso, temos um conjunto de processos que aguardam decisão judicial, são eles:

Natureza	Nº Processo	Descrição	Estimativa do efeito financeiro	Momento possível do exfluxo ou influxo
Ativos contingentes	188/24.5BEMDL	PEBBCE Hydro - Consultoria, Investimento e Serviços, Unipessoal, Lda.	7 202,00/Ano	O Município ganhou no TAF de Mirandela. A contraparte recorreu para o TCA Norte
Ativos contingentes	189/24.3 BEMDL	PEBBCE Hydro - Consultoria, Investimento e Serviços, Unipessoal, Lda.	5 382,74/Ano	O Município perdeu no TAF de Mirandela, tendo recorrido para o TCA Norte
		Total Ativos Contingentes	**12 584,74**	
Passivo contingente	255/13.0BEMDL	Águas do Norte - Consumos de água e tratamento de efluentes (a)	329 989,19	O município ganhou em 1ª instância, mas a contraparte recorreu para o TCA Norte.
Passivo contingente	22/15.7BEMDL	Águas do Norte - Consumos de água e tratamento de efluentes	831 388,01	O município ganhou em 1ª instância. A contraparte recorreu para o TCA Norte, tendo o município ganho no TCA Norte. A contraparte recorreu para o STA, tendo este admitido a sua revista.
Passivo contingente	429/15.0BEMDL	Águas do Norte - Consumos de água e tratamento de efluentes	989 910,69	Aguarda sentença do TAF de Mirandela.
Processos	309/14.6BEMDL	Manuel Cardoso Bruno	275 000,00	O município ganhou em 1ª instância, mas a contraparte recorreu para o TCA Norte.
Processos	139/21.9BEMDL	Berta de Jesus Matosinhos	5 001,01	O município ganhou em 1ª instância, mas a contraparte recorreu para o TCA Norte.
Processos	446/24.9BEMDL	Ambienti D´Interni	46.437,00	O operador económico ganhou no TAF. O Município recorreu para o TCA Norte.
Processos	1634/25.6T8VRL	José Carlos da Costa Machado	n.d.	O município ganhou a providencia cautelar em 1ª instância no Tribunal de Valpaços. Da mesma foi interposto recurso para o Tribunal da Relação de Guimarães que manteve a decisão da 1ª instância. A contraparte interpôs ação cível no Juízo Central Cível de Vila Real peticionando uma indemnização. O processo encontra-se em curso.
Processos	40/26.0BEMDL	Coba-Consultores de Engenharia e Ambiente	610.000,00	Elaboração do projeto de execução da 1ª fase do

				aproveitamento hidroagrícola de Maceiras. O Município ganhou a ação no TAF de Mirandela, desconhecendo-se, na presente data, eventual recurso.
			Total Passivos Contingentes	2.477.725,90

Dar ainda nota dos apoios monetários concedidos às Juntas de Freguesia, até ao final do mês de março, a câmara municipal deliberou atribuir apoios no montante global de 190.465,24 euros. Quanto às obras em execução, trazemos atualmente 52 projetos de investimento no âmbito do PPI, que perfazem um montante global de 7.850.211,25 euros, tendo já sido adjudicados 6.251.771,80 euros, dos quais foram executados 2.059.004,47 euros, estando por executar 4.192.767,33 euros.----------

Nome da Obra	Compromisso			Firma Adjudicatária	Trabalho executado	Trabalho a Executar
	N.º	Data	Valor			
Ampliação e reconversão do Centro de Dia de Fornos do Pinhal para ERPI	2608	26/07/2024	1 621 800,00	SOTERRA, LDA	440 107,05	1 181 692,95
Saneamento em Sá	1888	11/06/2024	81 948,39	AMO MINHA CASA, LDA	51 833,26	30 115,13
Estabilização de emergência pós-incêndio Cortinhas - Freguesia de Carrazedo e Curros	2868	30/08/2024	200 435,40	Custódio Pereira Areias Tender, S. A.	72 578,20	127 857,20
Pavimentação e construção de muros de suporte e uma ponte na rua das Pereiras, em Deimãos	446	10/02/2025	60 067,13	GEOMETRIA VERTICAL - UNIPESSOAL LDA	52 768,39	7 298,74
Reabilitação do cemitério de São Pedro de Veiga de Lila	2047	02/07/2025	47 074,60	NCX-CONSTRUÇÃO, ENGENHARIA E GESTÃO, LDA.	33 729,20	13 345,40
Pavimentação da rua N.ª Sra. da Fonte, em Friões	941	02/04/2025	94 349,70	TÂMEGA TRANS, LDA.	19 169,57	75 180,13
Repavimentação de um troço naAvª Engª Castro Saraiva em Valpaços	1080	21/04/2025	48 994,26	Custódio Pereira Areias Tender, S. A.	37 907,72	11 086,54
Construção de passeios junto à Escola Secundária, em Valpaços	1185	07/05/2025	44 756,63	ENGIVALMENDES - CONSTRUÇÃO CIVIL E SOLUÇÕES DE ENGENHARIA, LDA	38 120,08	6 636,55
Repavimentação da rotunda junto à Rua do Tramagal, Av.ª da Levandeira e Rua João XXI	1144	29/04/2025	92 027,50	CUSTODIO PEREIRA AREIAS TENDER, S.A.	85 545,60	6 481,90
Pavimentação da estrada que liga Tinhela a Agordela	1839	12/06/2025	221 584,52	CUSTODIO PEREIRA AREIAS TENDER, S.A.	28 538,38	193 046,14
Abastecimento de água a Avarenta	1427	14/05/2025	68 817,50	CUSTODIO PEREIRA AREIAS TENDER, S.A.	41 167,50	27 650,00

Repavimentação do acesso a Vale de Espinho	1435	14/05/2025	86 008,40	CUSTODIO PEREIRA AREIAS TENDER, S.A.	67 389,50	18 618,90
Pavimentação da Rua Direita em Argeriz	1511	16/05/2025	76 913,60	CUSTODIO PEREIRA AREIAS TENDER, S.A.	4 134,00	72 779,60
Rua do Lameirão, em Silva	1541	20/05/2025	100 622,09	CONCEICAO CARDOSO & FILHOS	44 236,45	56 385,64
Pavimentação no bairro da taberna, em Vilarinho do Monte	1600	26/05/2025	20 661,63	CUSTODIO PEREIRA AREIAS TENDER, S.A.	0,00	20 661,63
Aquisição do sistema de gestão e controlo de parque de autocaravanas (software e hardware especializado)	1746	05/06/2025	31 483,08	SMARTSTEP-SISTEMAS DE MOBILIDADES INTEGRADOS, LDA	0,00	31 483,08
Pavimentação do caminho do Gidro em Lagoas	1772	09/06/2025	90 846,77	CUSTODIO PEREIRA AREIAS TENDER, S.A.	48 186,49	42 660,28
Requalificação dos parques infantis do concelho	1932	20/06/2025	91 686,69	BRICANTEL-COM. MATERIAL ELCTRICO DE BRAGANCA, LDA.	39 615,85	52 070,84
Construção de um muro de suporte na rua da Ponte, em Alvites	1847	13/06/2025	51 273,47	DELMAR RODRIGUES, MÁQUINAS E ESCAVAÇÕES - UNIPESSOAL, LDª	32 879,08	18 394,39
Abertura de arruamento com ligação da Rua da Escola à Rua da Portela em Vilarandelo	1948	26/06/2025	230 339,91	AMO MINHA CASA, LDA	210 106,20	20 233,71
Pavimentação da Rua da Portela em Vassal	1946	26/06/2025	130 231,49	CONCEICAO CARDOSO & FILHOS	66 671,24	63 560,25
Reabilitação da antiga escola primária de Frutuoso	2203	10/07/2025	79 362,58	Engivalmendes	42 805,83	36 556,75
Requalificação das ruas com piso danificado em Santa Maria de Émeres (2ª fase)	2008	01/07/2025	212 063,96	CUSTODIO PEREIRA AREIAS TENDER, S.A.	71 442,83	140 621,13
Construção de passeios na EN 213, junto à ponte em Rio Torto	2443	05/08/2025	67 396,18	Amo Minha Casa, Lda.	53 106,00	14 290,18
Pavimentação do caminho que liga Valizelos a Cabanas	2449	05/08/2025	529 924,95	Conceição Cardoso & Filhos, Lda.	145 905,82	384 019,13
Aquisição de duas viaturas ligeiras para equipas de sapadores florestais	2600	25/08/2025	166 993,39	Engibox-Engenharia	0,00	166 993,39
Aquisição de uma viatura pesada de mercadorias equipado com grua e caixa basculante	778	24/02/2026	249 690,00	MOFIL - ENVIRONMENT EQUIPMENT, LDA	0,00	249 690,00
Beneficiação da antiga escola primária de Serapicos	2608	26/08/2025	42 986,87	NCX-Construção e Engenharia	33 236,94	9 749,93
Aquisição de software e serviços para implementação de serviços eletrónicos sustentáveis, baseados na interoperabilidade	2631	27/08/2025	32 595,00	Wire Maze	0,00	32 595,00
Aquisição de equipamentos para o Data Center - Hardware e software para o centro de dados e cibersegurança, para	2829	22/09/2025	325 947,54	Sysconnect	272 823,19	53 124,35

monotorização de serviços digitais						
Arruamentos e iluminação do largo em Veiga de Lila				Em concurso	0,00	0,00
Construção do ecocentro de Valpaços	3555	04/11/2025	422 928,75	ENGIVALMENDES - CONST CIVIL E SOL. DE ENG., LDA	19 345,00	403 583,75
Requalificação da antiga escola P3 de Valpaços	3737	18/11/2025	294 839,00	OBRA JUSTA II - CONSTRUÇÃO LDA	5 655,10	289 183,90
Conservação e manutenção do pavilhão desportivo de Valpaços	109	09/01/2026	11 224,15	MURPROTEC, LDA	0,00	11 224,15
Aquisição de sistemas de informação e gestão municipal nas várias áreas técnico-administrativas, business inteligence, internet, workflow e gestão documental	176	14/01/2026	75 188,67	ESPUBLICO PORTUGAL, UNIPESSOA, LDA.	0,00	75 188,67
Aquisição de uma viatura para o executivo municipal	1115	31/03/2026	58 550,00	Soc. Comercial C.Santos, LDA	0,00	58 550,00
Aquisição de software e serviços para implementação do projeto nº 15423 - serviços eletrónicos sustentáveis, baseados na interoperabilidade	941	16/03/2026	51 045,00	Medidata - esPublico, Unip., Lda.	0,00	51 045,00
Construção de ETAR em Zebras				Em concurso	0,00	0,00
Elaboração do projeto de requalificação urbana da Praça dos Paços de Concelho em Valpaços	1067	26/03/2026	88 560,00	MPT MOBILIDADE E PLANEAMENTO DO TERRITORIO, LDA	0,00	88 560,00
Elaboração do projeto para requalificação da Av.ª Eng.º Luís Castro Saraiva	1128	31/03/2026	50 553,00	GIPP GESTÃO INTEG PROJETOS PALNEAMENTO, LDA.	0,00	50 553,00
Construção de ETAR em Possacos				Em concurso	0,00	0,00
Construção de passeios em Quintela				Em concurso	0,00	0,00
Beneficiação da EM544 na ligação à EM213-1 - Lote 1				Em concurso	0,00	0,00
Beneficiação do CM544-1 de Valpaços a Vale de Casa - Lote 2				Em concurso	0,00	0,00
Calcetamento da Rua do Bairro em Lebução				Em concurso	0,00	0,00
ETAR em Padrela				Em concurso	0,00	0,00
Saneamento e ETAR no Cadouço				Em concurso	0,00	0,00

Implementação, homologação, dinamização e promoção das redes de percurso (rotas) do concelho de Valpaços				Em concurso	0,00	0,00
Projeto de remodelação e ampliação do pavilhão multiusos				Em concurso	0,00	0,00
Projeto do parque verde da cidade de Valpaços				Em concurso	0,00	0,00
Elaboração de projeto para resolução de ponto critico na EN/R206 em Valpaços				Em concurso	0,00	0,00
Remodelação e beneficiação da extensão de Saúde de Carrazedo de Montenegro				Em concurso	0,00	0,00
TOTAL			6 251 771,80		2 059 004,47	4 192 767,33
	Valor por comprometer		**1 598 439,45**	**Disponibilidades cativas**	**4 192 767,33**	

Dar nota da habitual dinâmica dos serviços.----------

A loja do cidadão de Valpaços, que dentro em breve irá mudar a sua imagem e sinalética, por forma a uma uniformização das lojas a nível nacional, desde o início do corrente ano já efetivou cerca de mil atendimentos, desde os serviços relacionados com a ADSE, com o IMT, na revalidação do cartão de cidadão, na alteração de morada, na chave móvel digital. Um serviço de qualidade que sem dúvida é prestado aos cidadãos do nosso concelho.----------

Informar que na nossa Loja de Cidadão encontra-se atualmente disponível o «Espaço Energia», um serviço de proximidade dedicado à eficiência energética, quer para famílias e empresas. As questões energéticas nos dias de hoje são de extrema importância. Serão prestados esclarecimentos, informações e aconselhamento personalizado para reduzir consumos, melhorar o conforto das habitações e diminuir a fatura de energia. Este espaço também irá auxiliar na interpretação das próprias faturas da eletricidade, na escolha de equipamentos mais eficientes, na adoção de energias renováveis e na identificação de incentivos e financiamentos disponíveis.----------

Ao nível das licenças de construção, a média destes últimos 4 meses é de 4 licenças de construção por mês, o que é bastante bom. As famílias continuam a construir no nosso concelho, a querer cá viver, o que muito nos deve engrandecer.----------

A nossa «Casa do Vinho» teve meio milhar de visitantes desde o início do corrente ano. Quem visita a «Casa do Vinho» também tem a oportunidade de encontrar o que de melhor se faz em Valpaços, os nossos produtos endógenos, desde os vinhos, o mel, a amêndoa, o figo, o azeite, a castanha. Os visitantes degustam e compram os nossos produtos, levando para casa o melhor que lhe podemos oferecer, ajudando, por esta via, os nossos produtores na divulgação das suas marcas, sabores e saberes.----------

O Gabinete de Promoção ao Investimento continua com a sua dinâmica habitual. De janeiro até à presente data foram contabilizados centena e meia de atendimentos, que passam pela colaboração com os licenciamentos industriais, utilização de recursos hídricos e estatuto de agricultura familiar. É promovido o acompanhamento aos produtores no registo e aquisição das marcas de certificação para o folar de Valpaços IGP. Não menos importante, a divulgação e a prestação de informações e esclarecimentos relativos ao Balcão dos Fundos, no âmbito de candidaturas aos fundos europeus.----------

O nosso balcão único do prédio, BUPI, continua com as suas tarefas de georreferenciação dos prédios, tendo sido já georreferenciados 39.818 matrizes, ou seja 38% do total dos prédios, correspondendo a uma área de 26 mil ha. A freguesia que continua no pódio das georreferencias continua a ser Veiga de Lila, seguida de muito perto pelas freguesias de Padrela e Tazém, São Pedro de Veiga de Lila, Água Revés, Vales e Vassal. Aquelas que ainda estão um pouco atrasadas, Sonim e Barreiros, Bouçoães, Tinhela e Alvarelhos, Santiago, Lebução, Fiães e Nozelos, apelo a que sensibilizem os proprietários dos terrenos para a necessidade da georreferenciação dos seus prédios.----------

Ao nível das atividades desportivas, somos um concelho dinâmico na prática do desporto e lazer. No passado fim-de-semana tivemos cá o campeonato nacional de carrinhos de rolamentos. Promovemos encontros de voleibol, caminhadas pedestres, que servem igualmente para dar a conhecer o nosso território e a beleza das nossas paisagens; o afamado raid rota do folar que tanta gente trás a Valpaços. Conheço pessoas que vêm de propósito de França para participar no raid. O dia da Mulher, com uma mega-aula de hidroginástica que teve uma grande participação. As habituais atividades do futebol e do futsal, que mantém a sua dinâmica, a par das aulas de natação, de hidroginástica praticadas nas nossas piscinas municipais.----------

Mantemos a cidade asseada, quer ao nível da limpeza urbana, na manutenção dos espaços verdes, dos parques de lazer, dos edifícios públicos, na recolha de biorresíduos.----------

Com a abertura do nosso canil já não deambulam por aí animais abandonados. São capturados, esterilizados e alguns até adotados. Claro que tudo isto se faz à custa de dinheiro público que é preciso gastar e nem sempre é valorizado.----------

Informar, ainda, que desde o início do ano foram celebrados cerca de duas centenas de novos contratos de abastecimento de água, alguns deles devido à alteração de titularidades dos consumidores. Mantemos a usual manutenção da rede de abastecimento de água, com cerca de uma centena de intervenções; a rede de águas residuais e a desobstrução de coletores. As reparações das vias de comunicação, que neste inverno ultrapassaram uma centena, atendendo à pluviosidade que se fez sentir.----------

Senhora Presidente da Assembleia Municipal,----------

Senhoras e Senhores Deputados, senhoras e senhores Presidentes de junta de Freguesia,----------

Quero, neste período antes da ordem do dia, deixar uma nota de preocupação relativamente ao próximo verão, à semelhança do

alerta que já foi feito pelo Senhor Ministro da Administração Interna.----------

Todos temos consciência de que os últimos dois anos foram, felizmente, relativamente tranquilos no que diz respeito aos incêndios rurais e florestais. Tivemos apenas algumas ignições, sem expressão significativa em termos de área ardida. No entanto, essa realidade não nos pode tranquilizar em excesso.----------

As previsões apontam para um verão particularmente quente, com temperaturas elevadas e baixa humidade, condições propícias ao aumento do risco de incêndio. E o nosso concelho, como sabemos, possui uma vasta área florestal, bem como várias aldeias e freguesias com maior vulnerabilidade, devido à natureza do seu coberto vegetal.----------

Quero, por isso, sublinhar o trabalho que tem vindo a ser desenvolvido na área da prevenção. Fomos pioneiros na realização de ações de sensibilização, em articulação com a Proteção Civil. Deixo aqui um agradecimento especial à Engenheira Carla Cerdeira, pelo empenho demonstrado ao percorrer as freguesias, bem como aos Senhores Presidentes de Junta e aos párocos das freguesias, que também deram um contributo importante nestas iniciativas.--------

Mas é fundamental reforçar esta mensagem: a prevenção começa em cada um de nós.----------

Quero, por isso, dirigir um apelo claro aos Senhores Presidentes de Junta para que continuem a sensibilizar as populações das suas freguesias para a necessidade de manter limpas as zonas envolventes às habitações e aos aglomerados populacionais, cumprindo as normas em vigor.----------

Sabemos que o período crítico será definido em função das condições meteorológicas, mas quando ele chegar e chegará certamente com exigência, temos de estar preparados.----------

Quero também referir que reunimos todos os agentes de Proteção Civil, Bombeiros, GNR, AGIF e demais entidades, com o objetivo de reforçar esta estratégia preventiva. Tivemos, inclusive,

iniciativas inovadoras, como uma peça de teatro promovida pela AGIF, que aproveito para agradecer, e que contribuiu para sensibilizar a população de forma pedagógica.----------

Além disso, iremos avançar com programas piloto em algumas freguesias, reforçando o trabalho de proximidade e prevenção no terreno.----------

Termino com um apelo sério e sentido: é fundamental o envolvimento de todos. Presidentes de Junta, autarcas, instituições e cidadãos, todos temos responsabilidade nesta matéria.----------

Porque, como sabemos, o melhor combate aos incêndios é, sem dúvida, a prevenção.----------

Dizer ainda que, a Proteção Civil de Valpaços desenvolveu ações de sensibilização, com o apoio dos Presidentes de Junta e apicultores do Concelho, com o objetivo de alertar a população para os perigos da vespa asiática e para as melhores formas de prevenção e combate.----------

As Juntas de Freguesia receberam também um total de 3 mil armadilhas e instruções técnicas sobre a colocação de armadilhas, reforçando o trabalho conjunto na monitorização e controlo desta espécie invasora.----------

As ações de captura da vespa velutina registaram resultados animadores em várias freguesias do Concelho. Este sucesso deve-se ao excelente trabalho conjunto entre os presidentes de junta de freguesia, os apicultores e o Serviço Municipal de Proteção Civil. ----------

Os presidentes de junta foram fundamentais na colocação e manutenção das armadilhas, enquanto os apicultores contribuíram com a sua experiência na preparação do atrativo utilizado.------

O Serviço Municipal de Proteção Civil, Coordenado pela Eng.ª Carla Cerdeira, assegurou a coordenação, distribuição de material e acompanhamento das ocorrências.----------

A captura precoce das fundadoras é uma das medidas mais eficazes para reduzir o número de colónias ao longo da época, protegendo os apiários e minimizando o impacto na biodiversidade.----------

Parta terminar, dizer que o Campeonato Portugal Todo-o-Terreno está de regresso e, agora, ao Norte, com mais uma edição da Baja TT Norte de Portugal.----------

De 1 a 3 de maio, a prova, organizada pelo CAMI Motorsport, vai percorrer terras transmontanas. Esta é, mais uma vez, a única etapa do CPTT realizada a Norte, sendo o centro nevrálgico em Valpaços.----------

Este ano, tal como aconteceu no ano passado, a Baja TT Norte de Portugal vai contar com a participação de carros e motos. Penso que prestei as informações mais pertinentes, pelo que é o que me cumpre informar.----------

A informação foi apreciada por todos os membros da Assembleia Municipal.----------3

- Homologação da verificação interna da conta de gerência do ano 2022 - Município de Valpaços.----------O senhor Presidente da Câmara Municipal fez a intervenção inicial em suporte documental, que se transcreve na integra: ----------

Apenas para dar conhecimento a esta Assembleia Municipal, pois este ponto da ordem de trabalhos não implica qualquer votação ou aprovação por parte deste órgão deliberativo, nem tão pouca ser-lhe-iam achacadas quaisquer tipo de responsabilidade caso as mesmas existissem, mas não existiram, como disso darei conta.----

Como certamente é do conhecimento de toda esta Assembleia, a Câmara Municipal presta contas, para além dos seus órgãos e dos cidadãos em geral, ao Tribunal de Contas, entidade que em última instância homologa (ou não) as contas prestadas pela autarquia.--

O Tribunal de Contas, em 27 de outubro de 2025, veio solicitar à Câmara Municipal esclarecimentos e justificações respeitantes à conta de gerência do ano 2022, em resultado de um processo de auditoria.----------

Dar nota que a última auditoria levada a cabo pelo Tribunal de Contas em processo de prestação de contas data há mais de 20 anos, desde então as contas foram homologadas de forma tácita.---
Foi um processo complexo, sobretudo para o Departamento de Finanças e Património, que é aquela unidade orgânica que tem este tipo de responsabilidade, que deu esclarecimento e juntou a documentação solicitada pelo Tribunal de Contas, tendo sido substituídos alguns mapas na plataforma do Tribunal de Contas, por imprecisões. A grande maioria dos mapas são objeto de extração da aplicação informática, bastando que algum campo esteja incorretamente preenchido ou não preenchido, para que no cruzamento de dados possam gerar divergências, naturalmente sanáveis.----------
Foram solicitadas as atas de aprovação de revisões orçamentais, entre elas a ata que aprovou a introdução do saldo da gerência de 2021, assim como a ata completa de apreciação de contas do órgão deliberativo, pois o documento que havia sido enviado era uma certidão, atendendo a que a ata apenas fica disponível, como são conhecedores, na sessão seguinte da assembleia quando a mesma é votada, como fizemos no ponto 1 desta ordem de trabalhos.--------
Foram solicitados outros elementos, tais como a ficha do município emitida pela DGAL onde se apura a capacidade de endividamento da câmara municipal; a Norma de Controlo Interno em vigor à data de 2022, assim como a sua versão mais recente; o Plano de Prevenção de Riscos de Gestão, em vigor à data de 2022 e eventuais alterações.----------
Foram pedidos esclarecimentos acerca do contributo de entidades em que o Município participa para efeitos de apuramento da dívida. ----------
Questionaram-nos acerca do aumento do ativo fixo tangível e respetivo desembolso de capital, em cerca de 3,7 milhões de euros. Esta variação ficou a dever-se ao processo de descentralização administrativa, em que o Município ficou com um

conjunto de bens, sobretudo imóveis, sem que tenha pago nada por eles.----------

Questionaram acerca da alienação de ativos fixos tangíveis sem que a disponibilidade financeira tenha entrado em cofre no ano da venda. Explicamos que tal facto resultou da alienação de lotes na zona industrial em que o seu pagamento é efetuado em prestações, sendo que umas prestações ocorreram em ano económico distinto da venda.----------

Acerca do mapa da contratação administrativa, onde incidiram um maior número de esclarecimentos, desde o não preenchimento da coluna respeitante ao «ID». Explicamos que essa obrigatoriedade apenas vincou na gerência de 2023 e seguintes, não se aplicando ao ano 2022. Tivemos de complementar outro tipo de informação que no ficheiro inicialmente enviado não estava, nomeadamente em 4 contratos de empreitada que foram objeto de visto prévio do Tribunal de Contas e no mapa enviado não constava essa evidência. Identificamos o n.º do processo do Tribunal de Contas. Notaram a falta de alguns contratos no mapa da contratação. Eles estavam lá, só que o tipo de contrato estava associado a aquisição de serviços quando estaríamos a tratar de empreitadas. Foi corrigido.----------

Pediram justificação acerca de contratos reportados no mapa da contratação administrativa que não haviam sido publicados no Portal Base. Demonstramos que essa publicidade foi efetuada. Enviamos links de acesso ao Portal Base.----------

Justificamos diferenças entre os mapas da contabilidade financeira e a orçamental. Os valores não têm de ser iguais. ----

Justificamos diferenças entre saldo bancário disponível e saldo bancário contabilístico. Os montantes não têm obrigatoriamente de ser iguais. O depósito de cheques provenientes de outras instituições bancárias nem sempre entram em saldo disponível no próprio dia.----------

Solicitaram esclarecimentos acerca de cheques emitidos pela autarquia e não sacados do banco, vulgarmente denominados por cheques em transito.----------

Tivemos de justificar as participações financeiras que o município detém na «Aguas do Norte», «Crédito Agrícola» e «Resinorte». Determinamos a participação financeira com base nos capitais próprios e o Tribunal quer, também, que se determine com base no capital social.----------

Após o envio das justificações, correções e documentos solicitados, o Tribunal de Contas vem dar nota que as demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com o referencial contabilístico - SNC-AP; Foram seguidas as instruções do Tribunal de Contas, concretamente a instrução n.º 1/2019-PG e a Resolução n.º 6/2022; As falhas foram ultrapassadas, quer pela via dos esclarecimentos, quer pela via do envio dos documentos em falta; Deu nota do cumprimento da regra do equilíbrio orçamental, não obstante essa regra estar suspensa para os anos 2020, 2021 e 2022; A revisão ao orçamento com a introdução do saldo da gerência cumpriu a regra do equilíbrio orçamental, as deliberações dos órgãos (Câmara Municipal e Assembleia Municipal), assim como a natureza das despesas a financiar; No tocante ao limite da dívida, com a exceção da entidade «Qualifica», todas as entidades foram devidamente identificadas. Como certamente se recordam a «Qualifica» é uma associação que já desde longa data não tem servido os interesses do município, razão pela qual o município já se desvinculou. Não é mais associado;----------

No que concerne ao cumprimento do limite da Dívida Total foi observado o estipulado no art.º 52º da Lei das Finanças Locais, com uma margem de 4,5 milhões de euros; relativamente às diferenças nos mapas de depreciações e perdas por imparidade, o Tribunal confirmou os registos contabilísticos.----------

A diferença dos 3,7 milhões entre os acréscimos de património e os desembolsos de capital, que ficou a dever-se ao processo de descentralização de competências, o Tribunal refere que foi possível confirmar a contabilização, assim como a coerência com o mapa de transferência de competências;----------

Relativamente ao mapa da contratação administrativa - Situação de Contratos, alguns reparos, lícitos, que serão objeto de melhoria, já nesta conta de gerência de 2025.----------

O Tribunal conclui, e é aqui que verdadeiramente nos devemos focar, que não se verificaram quaisquer indícios de irregularidades que impeçam a homologação da conta de gerência e que a conta do exercício de 2022 encontra-se em conformidade, não se encontrando afetada por distorções materialmente relevantes, designadamente quanto à conformidade com os princípios e normas aplicáveis, pela que a decisão foi pela homologação da conta do ano 2022.----------

Portanto, nenhum reparo de maior.----------

É o que cumpre informar».----------

Os membros da Assembleia Municipal tomaram conhecimento.--------

4. Relatório de Atividades & Contas- Ano de 2025.----------

Foi presente a proposta apresentada pela Câmara Municipal, para apreciação e votação, do Relatório & Contas do Ano 2025, assim como do inventário dos bens, direitos e obrigações.----------

O senhor Presidente da Câmara Municipal fez a intervenção inicial para apresentação e defesa da proposta do executivo municipal, em suporte documental, que se transcreve na integra: ----------

«Ex.mos Senhores Membros desta Assembleia Municipal, ----------

-A apresentação de contas, para além de um imperativo legal e de transparência, permite com que munícipes, trabalhadores, financiadores, fornecedores, entidades inspetivas e fiscalizadoras (como foi o caso do ponto anterior desta ordem de trabalhos), acompanhem, auditem, questionem, tudo em prol da clarividência do desempenho da autarquia.----------

Como certamente tiveram oportunidade de ler o relatório, que é de uma leitura nada cantabiles, é compreensível, é independente, é esclarecedor, onde é relatado, ainda que de forma sumária, os aspetos financeiros da autarquia ao longo de um período orçamental.----------

Passarei a fazer uma breve apresentação, destacando os aspetos globais, não entrando em pormenores exaustivos.----------Os que já cá estavam no ano 2024 aquando da provação do orçamento para a gerência de 2025, certamente se recordarão que o orçamento inicial previa um total de receitas e despesas na ordem dos 25,5 milhões de euros.----------

O orçamento final fixou-se nos 33,3 milhões de euros, ou seja, um acréscimo de 7,6 milhões de euros. Este acréscimo resultou em cerca de 88% da introdução do saldo da gerência do ano 2024, que foi de 6,7 milhões de euros.----------

Promovemos a introdução de receita legalmente consignada fruto da aprovação de projetos cofinanciados, nomeadamente a «Requalificação do pavilhão desportivo de Valpaços», a «Requalificação dos parques infantis», a «Aquisição de meios de equipamento de apoio de proteção civil» e a candidatura «Valpaços digital».----------

Ao longo do ano 2025 foram promovidas 4 revisões orçamentais, concretamente em fevereiro, abril, junho e setembro, devidamente aprovadas pela câmara municipal e assembleia municipal.----------

A taxa de execução da receita fixou-se nos 102,77% e a da despesa, um pouco mais abaixo, nos 78,93%. As receitas correntes atingiram uma execução de 101,5%, tendo-se gerado uma poupança corrente na ordem dos 3,4 milhões de euros, que serviram para financiar as despesas de capital, ou seja, conseguiu-se financiar 48,35% das despesas de capital recorrendo-se a fluxos correntes. Como certamente tiveram oportunidade de verificar, no comparativo dos últimos 3 anos, a taxa de execução da receita e da despesa no ano 2025 foi a mais baixa do último triénio.----------

-Dar nota que no art.º 56º da Lei das Finanças Locais é estabelecido o princípio da taxa de execução da receita ter de ser no mínimo de 85%, o que foi sobejamente alcançado.----------
Ao nível dos impostos diretos, IMI, IMT e IUC, ao longo do ano 2025 foram arrecadados cerca de 2,3 milhões de euros. Notamos um incremento da receita do IMI de cerca de 83 mil euros no comparativo 2025 vs 2023, o que resultará certamente da atualização do valor patrimonial dos imóveis que é promovido pela Autoridade Tributária e Aduaneira e de eventuais perdas de isenções fiscais, atendendo a que o que está ao alcance da autarquia é a fixação da taxa e essa está no mínimo há mais de uma década. O IMT surpreende-nos pela positiva, tivemos um aumento no triénio de cerca de 104 mil euros, o que se traduz na dinâmica do setor imobiliário do concelho. Ao nível do IUC foram arrecadados mais 41 mil euros em relação ao ano 2023. Neste setor, e a manter-se o regime da fiscalidade verde e o aumento do parque automóvel de viaturas elétricas ou hibridas, a receita de IUC poderá, no futuro, vir a diminuir.----------
Pelos serviços de cobrança destes impostos a Autoridade Tributário cobrou-nos cerca de 57 mil euros. As juntas de freguesia, e porque a Lei das Finanças Locais lhe atribui a totalidade da receita do IMI que recai sobre prédios rústicos e 1% do IMI que incide sobre os prédios urbanos, abdicou o Município, em prol das Juntas de Freguesia, de cerca de 55 mil euros.----------
Dar aqui um especial relevo aos «Rendimentos de propriedade», onde foram arrecadados 1,4 milhões de euros, fruto dos dividendos que auferimos das entidades nas quais detemos participação financeira, da renda de concessão paga pela e-redes e do benefício da exploração de energia elétrica produzida no parque eólico do Alto da Coutada, localizado na serra da Padrela.-------
Do Orçamento Geral do Estado recebemos os fundos já conhecidos, nomeadamente o FEF, o Fundo Social Municipal, a participação

variável no IRS, a participação no IVA, valores naturalmente determinados pela Direção-Geral das Autarquias. Dar aqui uma nota no tocante às transferências provenientes do processo de descentralização de competências, onde foram arrecadados 2,9 milhões de euros, que como saberão, serviram para fazer face às competências descentralizadas, concretamente nas áreas da educação, ação social e saúde.----------

Com a venda de bens e serviços arrecadou a autarquia cerca de 1,5 milhões de euros, em que a receita que mais contribui para a execução neste capítulo está relacionada com a venda da água. Dar aqui uma nota, e atendendo a que o tarifário da água não é atualizado desde o ano 2011, repito, ano 2011, e em conformidade com as sucessivas recomendações da ERSAR, que é a entidade que regula o setor das águas e resíduos, necessita de ser objeto de atualização, tendo em conta o diferencial entre a receita e os gastos suportados para que os valpacenses tenham o conforto de ter água potável nas suas torneiras, rede de saneamento e recolha de resíduos sólidos urbanos. Se há aspetos a melhorar, pois com certeza que que os há, mas o estranho é que ninguém, ainda, se tenha debruçados acerca dos preços da água, saneamento e recolha de lixo que são praticados no nosso concelho, relativamente a outros concelhos, mesmos os limítrofes. Fica aqui uma dica para um eventual estudo!----------

Nas transferências de capital, ou seja, aquelas verbas que se destinam a financiar despesas de investimento, foram arrecadados na gerência cerca de 4,9 milhões de euros, dos quais, 3,3 milhões provieram do Orçamento do Estado e 1,6 milhões de verbas oriundas em fundos comunitários.----------

Como certamente tiveram a oportunidade de ver, demos destaque a todas as verbas recebidas de fundos comunitários, individualizadas por projeto, como consta do quadro 13 do relatório. Mais transparência não pode haver!----------Ao nível da evolução da receita, de 2023 a 2025, a receita teve um

aumento de 3,6 milhões de euros; veremos mais adiante que este aumento foi inferior ao aumento da despesa.----------

Dar nota que não recorremos a nenhum empréstimo bancário. O último empréstimo contratualizado e que estamos a pagar, data do ano 2019. Para aqueles que nessa data não estavam por cá, destinou-se ao financiamento de 19 empreitadas, que no fundo compensou a verba que o município investiu no hospital de Valpaços, como são conhecedores. Não promovemos nenhuma venda de qualquer participação societária que o município detém. Estaríamos a falar de valores bastante consideráveis, no caso, por exemplo, do município pretender alienar os 16% que detém na EHATB. Que não pretende!----------

Passemos agora à componente da despesa, para dizer que foram pagos no período 26,1 milhões de euros, sendo que os capítulos que tiveram maior expressão foi o destinado às despesas com o pessoal, onde foram despendidos 10,1 milhões de euros, seguido do capítulo da aquisição de bens e serviços, com 5,9 milhões de euros de despesa paga e pelo capítulo destinado à aquisição de bens de investimento com uma verba consumida de 5,7 milhões de euros.----------

No triénio a despesa aumentou 3,9 milhões de euros, sendo que o aumento da receita, como já dei nota, foi de 3,5 milhões de euros.----------

A situação económica portuguesa e europeia leva-nos a admitir que a tendência será pelo aumento da despesa, sobretudo a despesa corrente. Vejam a taxa de inflação, quando o Orçamento do Estado previa para o ano 2026 uma taxa de 2,1%, o certo é que a atual conjuntura tem provocado uma aceleração que já vai nos 2,9% e vamos ver se fica por aqui. Quem vai ao supermercado, ao talho, à peixaria, à frutaria, vê o que lá deixa para trazer para casa um singelo saco de compras. A vida está cara e os rendimentos são poucos.----------

Como referi anteriormente, o capítulo responsável pelo maior

consumo da receita foi o destinado às despesas com o pessoal. As despesas com o pessoal absorvem 45,24% do total da receita corrente e 37,14% da receita total cobrada. No triénio as despesas com o pessoal aumentaram cerca de 16%, ou seja, 1,4 milhões de euros.----------

Na aquisição de bens e serviços foram despendidos 5,8 milhões de euros. É preciso adquirir matérias-primas, bens alimentares para as cantinas escolares, os transportes escolares, a eletricidade de edifícios, bombagens e iluminação pública, a recolha de resíduos sólidos, o tratamento dos efluentes, a aquisição de água para consumo humano, as análises da água, enfim, toda uma panóplia de gastos necessários para que a nossa sociedade funcione, para que haja qualidade de vida nas pessoas.----------

Se gostaríamos de fazer mais, pois com certeza que sim, mas os recursos são finitos, ao aumentarmos a despesa de um lado, temos de a reduzir de outro, ou aumentar a carga fiscal, o que ninguém gosta.----------

Uma coisa é certa, faremos certamente o nosso melhor!----------

Nas despesas de capital foram investidos 7,2 milhões de euros. Dar aqui uma nota que as despesas de investimento estão intrinsecamente relacionadas com a execução de projetos de investimento; se há dificuldades na execução de empreitadas, menor será a despesa de investimento e maior o saldo da conta de gerência.----------

Referir que as fontes de financiamento do investimento, para além do superavit corrente, o Orçamento do Estado e os fundos comunitários, permitiram a execução de obras, sejam elas da câmara municipal ou de entidades a quem a autarquia financia. Dar nota que no ano 2025 a câmara municipal transferiu verbas destinadas a financiar despesas de investimento de Juntas de Freguesia e Instituições sem fins lucrativos, na ordem dos 1,1 milhões de euros.----------

No equilíbrio e estabilidade orçamental, tem-se vindo a ser gerada poupança corrente, pese embora tenha vindo a diminuir. No triénio a poupança corrente reduziu cerca de 154 mil euros.
O saldo da gerência subiu cerca de 1,2 milhões de euros, passando de 6,7 milhões no início da gerência, para 7,8 milhões de euros no encerramento de contas, saldo esse já introduzido no passado mês de fevereiro na execução orçamental do corrente ano.---------
O saldo efetivo, ou seja, sem levarmos em linha de conta ativos financeiros e passivos financeiros, foi positivo, em cerca de 1,5 milhões de euros. A receita permitiu financiar toda a despesa sem que houvesse necessidade de recorrermos ao saldo da conta de gerência.----------
Tivemos um excedente orçamental de cerca de 4 milhões de euros.
Demos apoio financeiro a instituições sem fins lucrativos em cerca de 2,1 milhões de euros, para ajudarmos na prossecução das suas atribuições e competências. No nosso concelho, assim como em muitos outros do interior do país, o município é a pedra basilar para que a sociedade funcione, e isso é uma evidência.----------
Ao nível do Plano Plurianual de Investimentos, as dotações corrigidas fixaram-se em 9,6 milhões de euros; destes executamos 59%, ou seja 5,7 milhões de euros. O objetivo «Rede viária e sinalização», com uma execução de 54,79%, consumiu 2,5 milhões de euros, o que equivale em termos relativos a 44% do total da despesa paga no PPI, revelando-se o objetivo que mais recursos consumiu ao plano de investimentos.----------
Dar nota, que comparativamente com os montantes alcançados nos últimos 3 anos, o ano 2025 foi o que obteve uma execução mais elevada ao nível do nosso PPI.----------
O nosso prazo médio de pagamento é muitíssimo bom. Nenhum concelho aqui à nossa volta paga tão bem como a câmara de Valpaços. E isto é uma realidade.----------

A dívida à banca e a fornecedores é a mais baixa dos últimos 5 anos; diminuiu 13% em relação ao ano 2024 e 55% em relação à divida existente em 2021.----------

No término da gerência a dívida à banca, o que inclui a dívida do empréstimo contratualizado junto da Direção-Geral do Tesouro e Finanças, no âmbito do programa PAEL, era de 880 mil euros. Dar nota que o empréstimo PAEL finda em novembro deste ano e que no término de 2026 ficaremos apenas com um único empréstimo, aquele que eu já referi, contratualizado junto do BPI no ano de 2019.---

A dívida a fornecedores era no término da gerência de 344 mil euros. Aqui, dar uma nota, que particularmente no final do ano, os fornecedores entregam as suas faturas para além do prazo razoável; estão a fechar o ano, estão a fechar as suas contas e aparecem faturas datadas do ano 2025 até ao final do mês de janeiro de 2026. Elas são pagas já por conta do orçamento do ano 2026; todavia, e para que o endividamento da autarquia possa ser corretamente aferido, são chamadas à dívida do ano a que dizem respeito.----------

O serviço da dívida foi o mais baixo dos últimos 5 anos. Foram pagos 405 mil euros, dos quais 364 mil de amortização de empréstimos e 41 mil de juros.----------

Relativamente ao desempenho económico-financeiro, o ativo da nossa autarquia cifra-se em cerca de 112 milhões de euros. A câmara de Valpaços tem um património gigantesco que está ao serviço de todos os valpacenses, é de todos nós.----------

O passivo fixou-se em 4,5 milhões de euros, ou seja, 2.400% abaixo do nosso ativo.----------

Aqui dar uma pequena nota relativamente ao conceito de passivo. Ninguém tem dúvidas, e para tal não é necessário ser economista, que o passivo é uma obrigação. Se o ativo são bens e direitos, o passivo é uma obrigação. Agora, dizer-se que o passivo é dívida, não está correto. Neste conjunto de obrigações, naturalmente que cabem aqui a dívida à banca e a fornecedores, falamos de 1,2

milhões de euros, ou seja, 27% do passivo. As obrigações incluem valor das cauções retidas, ou seja, garantias de obra que vão sendo libertadas no prazo máximo de 5 anos e que esse dinheiro nem sequer à ordem da autarquia está, encontra-se depositado nos designados «Depósitos obrigatórios» que estão na CGD. Dinheiro que está à nossa guarda, como garantia de obra, mas que não é nosso, mas também não é divida. No passivo encontra-se ainda refletido o direito dos trabalhadores (nossa obrigação) às férias e subsídios de férias, que é uma obrigação a 31/12/2025, mas cujo pagamento ocorrerá, como a Lei indica, em junho de 2026. Pergunto, esta obrigação é dívida?----------

O passivo é um conceito lato, não se cinge, como alguns muitas das vezes querem fazer crer, a valor da dívida. Quem o diz está equivocado!----------

Por fim, e a minha explicação já vai longa, tivemos um resultado líquido do período positivo em cerca de 630 mil euros, portanto, não demos prejuízo. Mas se o dessemos, também não faz parte do adn da autarquia dar lucros, pois os lucros, quando os há, são para distribuir por todos os valpacenses, concretamente em medidas de apoio que veremos mais adiante nesta ordem de trabalhos.----------

É o que me cumpre informar!.----------

Intervenções: Deputados Carlos Nogueira, Paulo Ribeiro, Sebastião Neves e Presidente da Câmara Municipal.----------

DELIBERAÇÃO: Aprovada, com 43 votos a favor (PSD) e as abstenções do Partido Socialista (4) e do Partido Chega (4).----------

-5. Proposta apresentada pela Câmara Municipal, para discussão e votação, da aprovação da 2.ª Revisão aos Documentos Previsionais do Ano 2026;----------

Foi presente a proposta referida em epígrafe, cujo teor se transcreve na íntegra para todos os efeitos legais:----------

I – Introdução.----------

1 - Considerando que o orçamento municipal apresenta a previsão das receitas, bem como das despesas segundo a classificação económica legalmente aprovada;----------

2 - Sem prejuízo dos princípios orçamentais e das regras previsionais, para ocorrer a despesa não prevista ou insuficientemente dotada, o orçamento e as GOP podem ser objeto de revisões e alterações.----------

II - Justificação.----------

1 - Nesta revisão orçamental serão criados 10 (dez) novos projetos ao PPI, reforço de verba em 3 (três) projetos já existentes e diminuições de verbas em 7 (sete) projetos já previstos no PPI, como se demonstra:----------

PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTOS (PPI)

OBJETIVO	CÓDIGO CLASS.ECON.	IDENTIFICAÇÃO DO PROJETO				DESCRIÇÃO	DOTAÇÃO ATUAL	REFORÇO/ANULAÇÃO		
		COD.	ANO	TIPO	N.º			2026	2027	2028
1						**Funções gerais**				
1.1.						**Serviços gerais de administração pública**				
1.1.1.						**Administração geral**				
1.1.1.1.						**Edifícios**				
1.1.1.1.	02/07010301	07	2026	I	177	Reabilitação da cobertura do antigo armazém municipal	0,00	40 000,00		
1.1.1.2.						**Aquisição e rep. máquinas, viaturas e outros equipamentos**				
1.1.1.2.	02/070109	09	2026	I	178	Reabilitação do sistema de AVAC no Centro Escolar de Valpaços	0,00	44 500,00		
2						**Funções sociais**				
2.1.						**Educação**				
2.1.1.						**Ensino não superior**				
2.1.1.9.						**Outros**				
2.1.1.9.	02/07010307	10	2025	I	276	Reconversão do centro escolar de Carrazedo de Montenegro para instalação de Creche	235 100,00	-100 000,00		
2.4.						**Habitação e serviços coletivos**				
2.4.2.						**Ordenamento do território**				
2.4.2.1.						**Planeamento urbanístico**				
2.4.2.3.						**Arranjos urbanísticos**				
2.4.2.3.	02/07030301	5	2026	I	82	Arranjo da zona envolvente à capela mortuária, em Silva	75 100,00	-75 000,00		

2.4.2.3.	02/07030301	13	2026	I	115	Arranjo urbanístico do Toural, em Vilarandelo	25 100,00	-25 000,00		
2.4.2.3.	02/07030301	18	2026	I	139	Arranjo urbanístico em Monsalvarga	37 100,00	-37 000,00		
2.4.2.3.	02/07030301	20	2026	I	179	Arranjo urbanístico no senhor do Calvário, em Água Revés (Revisão de preços)	0,00	250,00		
2.4.3.						**Saneamento**				
2.4.3.1.						**Rede de esgotos**				
2.4.3.1.	02/07030302	18	2025	I	173	Construção de ETAR(s) em Sanfins	80 850,00	-80 800,00		
2.4.4.	02/07030307	15	2026	I	180	Abastecimento de água a Esturãos	0,00	60 000,00		
2.4.6.						**Proteção do meio ambiente e conservação da natureza**				
2.4.6.2.						**Cemitérios**				
2.4.6.2.	02/07030312	6	2026	I	62	Alargamento do cemitério de Deimãos	45 600,00	-45 000,00		
2.5.						**Serviços culturais, recreativos e religiosos**				
2.5.1.						**Cultura**				
2.5.1.	02/07010307	22	2026	I	181	Reabilitação da antiga escola primária de Deimãos	0,00	27 124,00		
2.5.1.	02/07010307	23	2026	I	182	Adaptação da escola primária de Ervões em Centro de Convívio (Revisão de preços)	0,00	722,00		
3.3.						**Transportes e comunicações**				
3.3.1.						**Transportes rodoviários**				
3.3.1.1.						**Rede viária e sinalização**				
3.3.1.1.	02/07030301	40	2026	I	143	Construção de passadeiras com lombas redutoras de velocidade e sinalética de monotorização de velocidade, em Valpaços	120 000,00	30 000,00		
3.3.1.1.	02/07030301	44	2026	I	157	Reabilitação das ruas do Bairro da Cortinha do Forno, em Valpaços	58 400,00	25 000,00		
3.3.1.1.	02/07030301	48	2026	I	172	Construção de muros de suporte em Valverde	10 000,00	10 000,00		
3.3.1.1.	02/07030301	89	2025	I	265	Repavimentação de troço da rua Cidade de Bettenboug, em Valpaços	11 608,40	-3 596,00		
3.3.1.1.	02/07030301	53	2026	I	183	Reconstrução de muro de suporte e repavimentação do pavimento, em Vales	0,00	25 000,00		
3.3.1.1.	02/07030301	54	2026	I	184	Reconstrução de muro de suporte na EM 551	0,00	75 000,00		
3.3.1.1.	02/07030301	55	2026	I	185	Construção de muros e rede de vedação na Av.ª dos Colmeais, em Valpaços	0,00	25 000,00		
3.3.1.1.	02/07030301	56	2026	I	186	Construção de rede de vedação na rua de Egas Moniz, em Valpaços	0,00	3 800,00		

III – Da proposta em sentido estrito.----------

Nos termos da alínea c) do n.º 1 do artigo 33º do anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, conjugado com o artigo 124º da Lei n.º 73-A/2025, de 30 de dezembro, vem a Câmara Municipal submeter à aprovação da Digníssima Assembleia Municipal, a 2ª revisão aos documentos previsionais do período de 2026, para que nos termos da alínea a) do n.º 1 do artigo 25º do anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, possa deliberar sobre a mesma.---

Valpaços, 10 de abril de 2026.----------

O Presidente da Câmara.----------

Eng.º Jorge Mata Pires.----------

O senhor Presidente da Câmara Municipal fez a intervenção inicial para apresentação e defesa da proposta do executivo municipal, em suporte documental, que se transcreve na íntegra: ----------

«Como certamente se recordam, na passada sessão desta Assembleia Municipal realizada a 14 de fevereiro, foi discutida e aprovada a 1ª revisão orçamental que se consubstanciou na introdução do saldo da conta de gerência do ano 2025, para reforço e criação de novos projetos ao nível do nosso Plano Plurianual de Investimentos.----------

Atendendo a que o orçamento não é, nem poderá ser, um documento estático, rígido, inflexível, mas sim dinâmico e adaptável às reais necessidades dos valpacenses, trazemos hoje aqui a esta Assembleia a 2ª Revisão aos documentos previsionais do ano 2026.

Esta revisão justifica-se pela criação de 10 novos projetos ao nível do PPI, o reforço de verba em 3 projetos já existentes, e naturalmente, como vinquei na apresentação do Relatório & Contas, os recursos são escassos e finitos, pelo que se promoverá à desorçamentação de verbas em 7 projetos já existentes. Dizer que com isto os projetos não deixarão de ser executados; todavia, na presente data não estão reunidas as condições, nomeadamente no processo aquisitivo de terrenos, que permitam com que possamos levar a feito essas empreitadas. Os contactos foram feitos, as diligências encetadas, mas ainda não foi possível chegar a consenso, nomeadamente na compra de terreno para implantação de ETAR´s e para alargamento de cemitérios.----------

Assim que reunidas as condições, os projetos no PPI existem, apenas necessitam de ser reforçados para a concretização da sua execução. Trata-se de um processo de natureza contabilística que poderá ser efetivado a qualquer momento. Agora, realizar despesa sem a previsão orçamental, isso é que não é legalmente possível.

Os projetos criados resultam de necessidades que não foram previstas nem previsíveis aquando da feitura do orçamento para o ano 2026, pelo que através deste mecanismo é possível a sua introdução em termos orçamentais, por forma a que possam ser tomadas as diligências da contratação pública.----------

É o que me cumpre informar!»----------

Intervenções: Deputada Ema Paula Gonçalo e Deputados Francisco Machado e Carlos Nogueira; Presidente da Câmara Municipal.------

DELIBERAÇÃO: Aprovada, com 47 votos a favor e 4 abstenções do Partido Chega.----------

6. Proposta apresentada pela Câmara Municipal, para discussão e votação, da aprovação de medidas mitigadoras dos efeitos económicos adversos provocados pela crise petrolífera que afeta sobretudo as economias europeias;----------

Foi presente a proposta referida em epigrafe, cujo teor se transcreve na integra para todos os efeitos legais:----------

I – Introdução.----------

1 - As recentes tensões no médio oriente, em particular com o condicionamento no estreito de Ormuz, tem provocado um aumento do risco no transporte marítimo, atrasos logísticos e à escassez de algumas commodities, em particular o petróleo e o gás, levando à subida dos seus preços e aos efeitos cascata na economia.--------

2 - A subida do preço do petróleo, em particular em economias com um nível significativo da sua dependência, como é o caso português, ocasionam um impacto direto nos custos de transporte, na eletricidade, podendo (e tudo assim indica) causar um aumento generalizado de preços (Inflação global), ocasionando uma subida do custo de vida e uma pressão sobre as empresas e suas margens.

3 - A teoria económica leva-nos a assumir, e como medida para evitar a subida da taxa de inflação, que os bancos centrais façam aumentar a taxa de juro, encarecendo, por esta via, o crédito, traduzindo-se num maior sacrifício de famílias e empresas, a uma

redução ao investimento, à desaceleração económica e à pressão sobre a dívida, seja ela pública ou privada.----------

4 - Este cenário de incertezas, em que a economia portuguesa é particularmente sensível, tem vindo a preocupar o Estado Central e as Autarquias, levando à implementação de medidas que possam de certa forma mitigar os impactos adversos que recaem sobre as famílias, empresas e instituições.----------

5 - A Câmara Municipal de Valpaços não pode deixar de implementar medidas, dentro das suas possibilidades orçamentais, de apoio à comunidade local, sobretudo aqueles que mais impacto sofrem com este agravamento da situação económica derivada dos efeitos económicos adversos provocados pela crise petrolífera.----------

II - Da proposta em sentido estrito.----------

6 - Nestes termos e de acordo com as razões supramencionadas, proponho, ao abrigo do n.º 2 do artigo 23º do anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de janeiro, que a Câmara Municipal delibere o seguinte:----------

I - APOIO DIRETO ÀS FAMILIAS.----------

MEDIDA 1: Isenção de pagamento de refeições escolares e da componente de apoio à família (CAF) pelo período de 1 de abril até ao final do ano letivo 2025/2026.----------

UNIVERSO: Totalidade dos alunos do agrupamento de escolas de Valpaços.----------

MEDIDA 2: Redução em 50% do tarifário da água, saneamento e resíduos sólidos, para o 1º e 2º escalão de consumo, no período de 1 de abril a 30 de junho.----------

UNIVERSO: Totalidade dos clientes com contratos do tipo domésticos e com consumo efetivo de água.----------

MEDIDA 3: Cabazes de alimentos.----------

UNIVERSO: Famílias em situação de vulnerabilidade económica e residentes no concelho de Valpaços. Não são elegíveis as famílias que tenham rendimentos per capita superiores a 1 IAS. Esta medida é válida no período de 1 de abril a 30 de junho.----------

MEDIDA 4: Comparticipação com o aumento da taxa de juro. A comparticipação financeira a atribuir tem como limite mensal 50 euros por agregado familiar, e corresponde a 50% do aumento do juro em relação à prestação paga em março de 2026. Esta medida é válida no período de 1 de abril a 30 de junho.----------

UNIVERSO: Famílias residentes no concelho de Valpaços, com crédito à habitação própria e permanente sobre imóveis localizados no concelho de Valpaços, e com rendimento bruto per capita, auferido no ano de 2025, com as seguintes condições:

- Agregado familiar: 1 elemento - Rendimento per capita inferior a 14.000 euros. ----------
- Agregado familiar: 2 elementos - Rendimento per capita inferior a 14.000 euros. ----------
- Agregado familiar: 3 elementos - Rendimento per capita inferior a 9.055 euros. ----------
- Agregado familiar: 4 elementos - Rendimento per capita inferior a 6.790 euros. ----------
- Agregado familiar: > 4 elementos - Rendimento per capita inferior a 5.500 euros. ----------

MEDIDA 5: Incentivo ao transporte público. A comparticipação financeira corresponde a 50% do preço do bilhete/passe a atribuir à população residente no concelho de Valpaços que se desloque num raio de 100 km do seu domicílio fiscal, e quando superior, com a devida justificação medico/hospitalar ou estudantes deslocados. A medida é válida de 1 de abril a 30 de junho. No caso de estudantes deslocados, o apoio terá como limite 4 deslocações (viagens) mensais.----------

UNIVERSO: Totalidade da população residente.----------

II - DINAMIZAÇÃO DA ECONOMIA LOCAL.----------

MEDIDA 1: Isenção do pagamento de taxas devidas pela ocupação de esplanadas, no período de 1 de abril a 31 de dezembro de 2026.

UNIVERSO: Totalidade do setor empresarial do concelho de Valpaços.----------

MEDIDA 2: Isenção do pagamento de taxas devidas pela ocupação de bancas, lugares de terrado e feiras, no período de 1 de abril a 31 de dezembro de 2026.----------

UNIVERSO: Totalidade do tecido empresarial que pratica atividade de comércio no mercado municipal e na feira de Valpaços.---------

MEDIDA 3: Redução em 50% do tarifário da água, saneamento e resíduos sólidos, no período de 1 de abril a 30 de junho.--------

UNIVERSO: Totalidade dos clientes com contratos do tipo comércio/industria e com consumo efetivo de água.----------

III - SETOR SOCIAL.----------

MEDIDA 1: Comparticipação nos gastos incorridos com a aquisição de combustíveis - Gasóleo e gasolina, no período compreendido de 1 de abril a 30 de junho. A comparticipação financeira a atribuir no gasóleo e na gasolina corresponde a 0,05€/litro de combustível, desde que o preço do combustível seja superior em mais de 10 cêntimos relativamente ao preço médio registado na semana de 2 a 6 de março, e tem como limite 50 euros mensais por viatura e 10.000 euros por instituição (No período).----------

UNIVERSO: Entidades com o estatuto de IPSS.----------

MEDIDA 2: Comparticipação em 20% nos gastos incorridos com a aquisição de bens alimentares, quando adquiridos a produtores e/ou comerciantes locais, no período compreendido de 1 de abril e 30 de junho, e tem como limite 20 euros mensais por utente e 10.000 euros por instituição (No período).----------

UNIVERSO: Entidades com o estatuto de IPSS.----------

IV - PROTEÇÃO CIVIL E SOCORRO.----------

MEDIDA 1: Comparticipação nos gastos incorridos com a aquisição de combustíveis - Gasóleo e gasolina, no período compreendido de 1 de abril a 30 de junho. A comparticipação financeira a atribuir no gasóleo e na gasolina corresponde a 0,05€/litro de combustível, desde que o preço do combustível seja superior em mais de 10 cêntimos relativamente ao preço médio registado na

semana de 2 a 6 de março, e tem como limite 100 euros mensais por viatura e 10.000 euros por instituição (No período).----------
UNIVERSO: Associações Humanitárias de Bombeiros Voluntários.-----
MEDIDA 2: Comparticipação em 25% nos gastos incorridos com a reparação de viaturas afetas ao socorro, no período compreendido de 1 de abril a 30 de junho. A comparticipação financeira a atribuir tem como limite 100 euros mensais por viatura e 10.000 euros por associação (No período).----------
UNIVERSO: Associações Humanitárias de Bombeiros Voluntários.-----
7 - Caso a presente proposta mereça a aprovação do executivo camarário, que seja a mesma submetida à aprovação final da digníssima Assembleia Municipal.----------
Valpaços, 2 de abril de 2026.----------
O Presidente da Câmara.----------
Eng.º Jorge Mata Pires.----------

O senhor Presidente da Câmara Municipal fez a intervenção inicial para apresentação e defesa da proposta do executivo municipal, em suporte documental, que se transcreve na íntegra: ----------
«Vivemos tempos de incertezas! Ora as coisas vão melhorando, caminhando-se para a paz, ora no dia a seguir tudo se altera e voltam os constrangimentos, os conflitos, a crise e os aumentos de preços.----------
As projeções para a taxa de inflação já tocam nos 3%; o cabaz de alimentos está cada vez mais caro, desde a carna, os enlatados, os legumes, a fruta, já para não falar no peixe fresco que está entre os produtos cujo preço mais subiu desde o início do ano.
A vida está francamente cara!----------
Na base de tudo isto, está a crise petrolífera que vivemos, que é considerada mais grave do que as crises de 1973, 1979 e 2022 juntas, tem levado ao desespero de muitas famílias, das IPSS´s, do comércio, das associações humanitárias de bombeiros, e a câmara municipal tem como obrigação estar atenta a todas estas situações.----------

Pese embora o auxílio que o Governo está a fazer à economia portuguesa, as pessoas, sobretudo as mais necessitadas, o tecido empresarial já de si muito débil que desde o Covid não conseguiu verdadeiramente recuperar, as associações de solidariedade, estão a passar por muitas dificuldades, pois os dinheiros não lhe abundam, e o aumento do custo de vida mexe necessariamente com o bolso de toda a gente.----------

Ciente destas dificuldades, foram estudadas algumas medidas de apoio, que estão ao nosso alcance, e que a câmara municipal tem uma obrigação, até moral, de ajudar.----------

Estas medidas, como certamente tiveram oportunidade de analisar, foram divididas em 4 eixos, pretendendo-se ir ao encontro dos setores que julgamos serem os que necessitam de um maior apoio. Desde logo as famílias.----------

Isentar o pagamento das refeições escolares a todos os alunos do agrupamento de escolas de Valpaços. Pode parecer pouco, pois cada refeição custa 1,46 euros (0,73 euros para quem tem escalão B), mas multiplicando por 5 dias da semana, 22 dias no mês, é dinheiro que podemos aliviar, pelo menos até ao final do corrente ano letivo, o orçamento familiar, sobretudo de quem tem filhos mais pequenos a estudar.----------

É uma medida transversal a todos os alunos do agrupamento de escolas de Valpaços que façam as suas refeições nas cantinas escolares.----------

Propormos também a redução do tarifário de água, quando me referido à água, falo igualmente do saneamento e dos resíduos sólidos urbanos, em 50%, exclusivamente para os consumos do 1º e do 2º escalão, ou seja, os primeiros 10 m3. A medida será de aplicar já aos consumos do mês de abril e estende-se até ao final de junho.----------

Os cabazes de alimentos. A autarquia tem uma medida idêntica à que está a ser proposta, concretamente os «Cabazes de Natal». A nossa preocupação vai no sentido de atribuir bens alimentares,

concretamente o arroz, a massa, azeite, açúcar, enlatados, às famílias de mais baixos rendimentos que infelizmente temos na nossa comunidade. A seleção do universo das famílias elegíveis ficará a cargo dos serviços da ação social do município, que com a colaboração de outras instituições de solidariedade social e com a nossa Cruz Vermelha de Valpaços, agirão por forma a levarmos a ajuda a quem mais dela necessita.----------

Uma outra medida para o setor das famílias, foi pensada no eventual auxílio que possa ser dado aos agregados familiares, que ao invés de arrendarem casa, e neste caso há medidas de apoio, quer estatais, quer camarárias, mas sim para aqueles que decidiram investir em casa própria e para tal tiveram de se socorrer de capitais alheiros, nomeadamente os empréstimos bancários. ----------

Esta medida foi desenhada como base na teoria económica em que sempre que há um aumento da taxa de inflação, e por forma a poder combater esse efeito, o Banco Central Europeu aumenta a taxa diretora de juro, ou seja, a Euribor.----------

Esta medida permite, cumpridas as condições do rendimento per capita, um auxílio em 50% do juro pago em relação ao valor que vinha a ser pago antes do início desta crise.----------

A última medida prende-se com o incentivo à utilização do transporte público, quando o mesmo existe, sendo certo que sai mais barato do que o uso de viatura própria, atendendo ao preço a que está o gasóleo e a gasolina.----------

Destina-se a todos os utilizadores de transportes públicos. A autarquia financiará 50% o preço do bilhete.----------

No setor da economia local, propomos a isenção de pagamento de taxas devidas pela ocupação de esplanadas, ocupação de bancas, lugares de terrado e feiras, quando as mesmas são administradas pela Câmara Municipal. As juntas de freguesia se assim o entenderem, poderão seguir a mesma bitola.----------

Propomos, igualmente, a redução do tarifário da água em 50%. ----

No setor social, que a par das famílias, é um setor que nos preocupa, atendendo ao seu papel preponderante na comunidade, e que somos conhecedores das dificuldades que estão a atravessar. Iremos ajudá-los com um apoio nos gastos que incorrerem com a aquisição de combustíveis rodoviários. Daremos uma ajuda de 5 cêntimos por cada litro de combustível, dentro das limitações que constam na medida proposta.----------

Cientes do aumento dos preços do cabaz de alimentos, promoveremos uma ajuda de 20% nos gastos incorridos com a aquisição de bens alimentares, dentro do limite de 20 euros mensais por utente.----

Por último, e não menos importante, o setor da proteção civil e socorro, concretamente as nossas associações humanitárias de bombeiros voluntários. O aumento do preço dos combustíveis não está a ser acompanhado por um aumento dos apoios que possam usufruir. Aqui a comparticipação é idêntica à do setor social, com um pequeno alargamento dos limites máximos do apoio.---------

Iremos, também, ajudar nas manutenções das viaturas afetas ao socorro, dentro do limite dos 100 euros por viatura.----------

Para concluir, estamos convictos que são medidas, embora contidas, que de certa forma possam ajudar um pouco as nossas famílias, comercio e instituições.----------

É o que cumpre informar».----------

Intervenções: Deputados Amílcar Escudeiro, Ema Paula Gonçalo, Vítor Nogaró, Sebastião Vila das Neves e Presidente da Câmara Municipal.----------

DELIBERAÇÃO: Aprovada por unanimidade.----------

7. **Proposta apresentada pela Câmara Municipal, para discussão e votação, da aprovação da 1ª alteração ao Mapa de Pessoal para o ano de 2026;----------**

Foi presente a proposta cujo teor se transcreve na íntegra para todos os efeitos legais:----------

I-DA JUSTIFICAÇÃO.----------

-Considerando que o mapa de pessoal aprovado para vigorar no ano

de 2026, constitui um instrumento fundamental de planeamento e gestão estratégica de recursos humanos, através de uma visão integrada e dinâmica que contribui para o reforço de uma cultura organizacional orientada para o serviço público.----------
Considerando que o mesmo materializa a previsão dos trabalhadores que se prevê serem necessários para levar a cabo a realização das atividades dos serviços, no quadro das atribuições dos órgãos do município e das estratégias previamente definidas. ----------
Considerando que feita uma nova ponderação das necessidades de recursos humanos para a prossecução das atribuições do Município de Valpaços para o ano de 2026, afigura-se necessário a criação de mais 6 postos de trabalho para a satisfação de necessidades permanentes, a preencher através de contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado, sendo dois postos de trabalho na carreira técnica superior - área de arquitetura; e quatro postos de trabalho na carreira/categoria de assistente operacional (dois calceteiros e dois trolhas).----------
Considerando que se afigure ainda necessário a criação de um posto de trabalho na carreira/categoria de Assistente Operacional (Mecânico) a ser preenchido com recurso ao regime jurídico da mobilidade na categoria entre órgãos, previsto nos artigos 92.º e segs da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas, aprovada em anexo à Lei nº 35/2014, de 20 de junho.----------
II-DA PROPOSTA EM SENTIDO ESTRITO.----------
Nestes termos e de acordo com as razões anteriormente aduzidas, proponho que a Exma. Câmara Municipal delibere, o seguinte: -----
a) Aprovar a 1ª alteração ao Mapa de Pessoal para o ano de 2026, consubstanciada a criação de mais 6 postos de trabalho para a satisfação de necessidades permanentes, a preencher através de contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado, sendo dois postos de trabalho na carreira técnica superior - área de arquitetura e quatro postos de trabalho na carreira/categoria de assistente operacional (dois calceteiros e dois trolhas); e

ainda a criação de um posto de trabalho na carreira/categoria de Assistente Operacional (Mecânico) a ser preenchido com recurso ao regime jurídico da mobilidade na categoria entre órgãos, previsto nos artigos 92.º e segs da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas, aprovada em anexo à Lei nº 35/2014, de 20 de junho, conforme documento que se junta sob a forma de Anexo .----

b) Caso a presente proposta venha a merecer a aprovação do Executivo Camarário, deverá a mesma ser agendada para a próxima sessão da Assembleia Municipal, com vista a obter a sua aprovação, dando-se assim cumprimento às disposições previstas nos artigos 33.º, nº1, alínea ccc) e 25.º, nº1, alínea o), ambos do anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro.----------

c) Por fim, deverá o mesmo ser tornado público por afixação nos serviços e inserção em página electrónica, no cumprimento do disposto no artigo 29.º, nº4 da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas, aprovada em anexo à Lei nº35/2014, de 20 de junho.-----

Valpaços, 30 de março de 2026.----------

o Presidente da Câmara Municipal.----------

Eng.º Jorge Mata Pires.----------

O senhor Presidente da Câmara Municipal fez a intervenção inicial para apresentação e defesa da proposta do executivo municipal, em suporte documental, que se transcreve na íntegra: ----------

«Como certamente tiveram oportunidade de analisar, a presente proposta decorre da necessidade de ajustar a estrutura de pessoal às exigências atuais dos serviços municipais, tendo em vista assegurar uma resposta mais eficaz, eficiente e qualificada às atribuições e competências do Município. Neste contexto, prevê-se a criação de sete novos postos de trabalho, considerados essenciais para o reforço da capacidade operacional e técnica dos serviços.----------

Importa ainda salientar que um dos postos de trabalho a criar será preenchido através do recurso ao regime jurídico da mobilidade, solução que permite, de forma célere e racional,

suprir necessidades específicas, promovendo simultaneamente a otimização dos recursos disponíveis na Administração Pública. Desta feita, serão criados na estrutura orgânica da Câmara Municipal os seguintes postos de trabalho:----------

- 2 técnicos superiores na área da arquitetura;----------

- 4 postos de trabalho na área de assistente operacional, para 2 calceteiros e 2 trolhas;----------

- 1 posto de trabalho, o que será preenchido pelo regime da mobilidade, destinado a um mecânico.----------

Com esta alteração, pretende-se dotar os serviços dos meios humanos necessários à prossecução do interesse público, garantindo uma atuação mais eficiente e alinhada com as expectativas dos munícipes.----------

É o que me cumpre informar».----------

Intervenções: Deputados Francisco Machado, Ema Paula Gonçalo, Carlos Nogueira, Presidente da Assembleia Municipal e Presidente da Câmara Municipal.----------

DELIBERAÇÃO: Aprovada por unanimidade.----------

8. **Proposta apresentada pela Câmara Municipal, para discussão e votação, da aprovação da isenção de taxas municipais, ao abrigo do artigo 26.º do Regulamento de Liquidação e Cobrança de Taxas de Urbanização e Edificação do Município de Valpaços, requerida pela sociedade DTE - Instalações Especiais, S.A, (anexada de adenda de retificação);----------**

Foi presente a proposta referida em epígrafe, cujo teor se transcreve na íntegra para todos os efeitos legais:----------

I - Do Enquadramento.----------

Deu entrada neste Município um requerimento apresentado pela **DTE - Instalações Especiais, S.A.**, pessoa coletiva n.º 501 866 116, com sede em Braga, através do qual solicita a concessão de licença de utilização privativa do domínio público municipal para efeitos de instalação e exploração de postos de carregamento de veículos elétricos no concelho de Valpaços, pelo período de 15

(quinze) anos.----------

A requerente é detentora de licença de Operador de Pontos de Carregamento (OPC), nos termos do regime jurídico da mobilidade elétrica aprovado pelo Decreto-Lei n.º 93/2025, de 14 de agosto, encontrando-se habilitada ao exercício da respetiva atividade.O pedido apresentado visa a instalação de **(8) postos de carregamento em espaço público municipal**, implicando a afetação de áreas de estacionamento e a ocupação de domínio público, nos termos legalmente previstos, assumindo a requerente a responsabilidade integral pela instalação, manutenção, ligação à rede elétrica, execução de obras necessárias, sinalização e cumprimento das obrigações técnicas e legais aplicáveis, localizando-se os referidos postos nas localidades de Valpaços, Carrazedo de Montenegro e Lebução, conforme o Anexo I - "Possíveis Localizações para Postos de Carregamento no Município de Valpaços", submetido pela empresa DTE - Instalações Especiais, S.A.----------

Do ponto de vista regulamentar, a ocupação do domínio público encontra-se sujeita ao pagamento das taxas previstas no Regulamento de Liquidação e Cobrança de Taxas de Urbanização e Edificação do Município de Valpaços, designadamente da taxa de Ocupação do Espaço Público, calculada por metro quadrado ou fração de projeção sobre o espaço público e por mês ou fração, acrescida das taxas de mera comunicação prévia devidas, nos termos do artigo 19.º, n.os 2 e 4.1 da tabela de taxas do referido Regulamento.----------

Considerando a área estimada de ocupação (200 m², correspondentes a 25 m² × 8 postos de carregamento, e o valor unitário aplicável (1,90 €/m²/mês), o montante que, em abstrato, seria devido pela ocupação anual do espaço público ascende a:----------

1,90 € × 200 m² × 12 meses = 4.560,00 € por ano.----------

Acresce, ainda, o valor das taxas devidas por mera comunicação prévia, num total de 18,75 € × 8 (por localização de posto), o

que perfaz um total de 150,00 €. ----------
Todavia, sucede que o artigo 26.º do Regulamento de Liquidação e Cobrança de Taxas de Urbanização e Edificação do Município de Valpaços prevê que pode a Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara Municipal e mediante deliberação fundamentada, conceder isenções totais ou parciais de taxas, quando razões de interesse público devidamente justificadas o imponham.----------
Ora, a instalação de postos de carregamento de veículos elétricos no concelho assume inequívoco interesse público, económico e ambiental, pelas seguintes razões:----------

- Contribui para a concretização das políticas públicas de descarbonização e transição energética;----------
- Promove a mobilidade elétrica e a redução de emissões de gases com efeito de estufa;----------
- Reforça a atratividade do concelho para residentes, visitantes e agentes económicos;----------
- Mitiga as desvantagens estruturais associadas a territórios de baixa densidade, promovendo igualdade de acesso a infraestruturas modernas e sustentáveis;----------
- Incentiva o investimento privado em infraestruturas estratégicas sem encargos diretos para o Município.---------

Num território como o de Valpaços, marcado por desafios demográficos e por constrangimentos próprios de baixa densidade, a criação de condições favoráveis à instalação de infraestruturas de mobilidade elétrica constitui um fator de modernização, competitividade territorial e coesão.----------
A eventual isenção de taxas não configura uma distorção concorrencial, antes se inscrevendo numa lógica de incentivo ao investimento estruturante, alinhado com objetivos ambientais e estratégicos de interesse municipal.----------

II - Da Proposta em Sentido Estrito.----------

Face ao exposto, propõe-se que a Câmara Municipal delibere:-

1. Reconhecer o interesse público, económico e ambiental subjacente ao projeto de instalação de postos de carregamento de veículos elétricos no concelho de Valpaços, apresentado pela DTE - Instalações Especiais, S.A., sendo este reconhecimento extensível a quaisquer outros operadores económicos que venham a apresentar projetos congéneres, desde que cumpram os mesmos critérios técnicos, legais e de sustentabilidade;----------
2. Determinar que a presente proposta seja instruída com as informações técnicas e administrativas dos serviços competentes;----------
3. Deliberar que, caso a presente proposta seja aprovada, a mesma seja submetida à Assembleia Municipal, ao abrigo do disposto no artigo 26.º do Regulamento de Liquidação e Cobrança de Taxas de Urbanização e Edificação do Município de Valpaços, para efeitos de deliberação sobre a isenção total das taxas municipais devidas pela utilização privativa do domínio público para a instalação das referidas infraestruturas, pelo período inicial de 5 (cinco) anos, correspondente ao prazo durante o qual a entidade requerente dispõe de licença válida de Operador de Pontos de Carregamento (OPC), condicionada a que as mesmas se destinem à utilização pública, em regime de acesso aberto e não discriminatório. Mais se propõe que a referida isenção possa ser prorrogada, mediante a apresentação de comprovativo da titularidade de licença válida de OPC que permita a continuidade da exploração das infraestruturas, até ao limite máximo de 15 (quinze) anos a contar da data da aprovação da presente deliberação.----------

Valpaços, 6 de março de 2026.----------

O Chefe de Gabinete de Apoio à Presidência.----------
A. Fontoura Faria, Dr.----------

O senhor Presidente da Câmara Municipal fez a intervenção inicial para apresentação e defesa da proposta do executivo municipal, em suporte documental, que se transcreve na íntegra: ----------
«Como certamente tiveram oportunidade de ler e analisar a proposta que vos foi entregue, a empresa «DTE - Instalações Especiais» vem requerer junto do Município de Valpaços a isenção de taxas pela instalação de 8 postos de carregamento para viaturas elétricas, ou seja, a possibilidade para o carregamento de 16 viaturas.-----
Os postos de carregamento que pretende instalar, 5 são na cidade de Valpaços, 1 na vila de Carrazedo de Montenegro, 1 na vila de Vilarandelo e 1 em Lebução.----------
Dar nota que atualmente existem no concelho apenas 4 postos de carregamento de acesso publico; 2 deles instalados no domínio público, nomeadamente junto ao hospital e um outro na rua da Horta da Fonte, e 2 em domínio privado, concretamente na Quinta D.ª Adelaide e um outro na zona industrial, junto aquela loja de conveniência e lavagens de automóveis. Estes postos de carregamento, aumentam o fluxo de pessoas, pela necessidade da sua permanência, 15, 20, 30 minutos, o que beneficia o comércio local.----------
A razão pela qual trazemos aqui esta proposta, que se consubstancia numa isenção de taxas municipais para esta empresa que fez o requerimento, assim como para as demais que no futuro queiram instalar postos de carregamento para viaturas elétricas no nosso concelho, relaciona-se acima de tudo numa vantagem competitiva do concelho, ou até, a responder a uma transformação que já está em curso.----------
Como sabem, a transição para a mobilidade elétrica está em aceleração, quer em Portugal, quer na União Europeia, com metas concretas de descarbonização. Atualmente essas metas até recuaram

um pouco, atendendo à situação económica que a Europa está a atravessar, o certo é que com estes últimos aumentos dos preços dos combustíveis fosseis, que estou em crer que jamais vão voltar aos preços que eram, mesmos com a libertação do tão afamado estreito de Ormuz, veio potenciar a procura de veículos elétricos; mas não estamos a falar de uma tendência marginal, é alvo que veio para ficar, pese embora as opiniões mais críticas e falaciosas. A mobilidade elétrica é o futuro, e o risco de o concelho ficar para trás face a territórios vizinhos é uma realidade, e isso é algo que jamais aceitaria.----------

A rede de carregamentos em Portugal ainda é muito insuficiente e está mal distribuída, o que é uma das razões que de certa forma entravam a mudança. Os veículos até podem ter uma autonomia aquém daquela que se desejaria, mas se houver mais postos de carregamento uniformemente distribuídos pelo país, porventura a questão da autonomia ficará resolvida.----------

Portanto, Srs. Membros desta Assembleia, o que está em discussão não é uma perda de receita, mas sim um investimento indireto na modernização do nosso concelho.----------

É o que cumpre informar».----------

Intervenções: Deputados Carlos Nogueira, Francisco Machado e Presidente da Câmara Municipal.----------

DELIBERAÇÃO: Aprovada por maioria, com quarenta e oito votos a favor e três votos contra do Partido Chega.----------

9. Proposta apresentada pela Câmara Municipal, para discussão e votação, da aprovação da isenção de taxas municipais, ao abrigo do artigo 26.º do Regulamento de Liquidação e Cobrança de Taxas de Urbanização e Edificação do Município de Valpaços, requerida pela sociedade Dstelecom II Norte, Unipessoal, Lda.----------

Foi presente a proposta referida em epigrafe, cujo teor se transcreve na integra para todos os efeitos legais:----------

I - Do Enquadramento.----------

Deu entrada neste Município um requerimento apresentado pela

Dstelecom II Norte, Unipessoal Lda., pessoa coletiva n.º 517 969 530, com sede em Braga, através do qual solicita a concessão de **autorização de ocupação privativa do domínio público municipal** para efeitos de instalação e exploração de um armário de comunicações de uma rede de fibra ótica (POP), localizado nas coordenadas **41.583179° - 7.422692°**, na Estrada R206 junto ao cruzamento com a R314, na localidade de Argemil, pelo período de **20 (vinte) anos**, incluindo todas as operações de manutenção, reparação, inspeção, modernização ou ampliação necessárias.------

A requerente encontra-se devidamente **licenciada pela ANACOM** nos termos do n.º 2 do artigo 19.º da **Lei das Comunicações Eletrónicas (Lei n.º 16/2022, de 16 de agosto)**, estando habilitada ao exercício da respetiva atividade.----------

A instalação do armário de comunicações destina-se a permitir o **acesso à infraestrutura de fibra ótica a mais 6.882 unidades habitacionais**, integrando o plano de expansão da rede de comunicações eletrónicas no Município de Valpaços. A ocupação implica a utilização de uma área de **16 m²**, assumindo a requerente a responsabilidade integral pela instalação, manutenção, execução de obras, sinalização e cumprimento das normas técnicas e legais aplicáveis.----------

Do ponto de vista regulamentar, a ocupação do domínio público encontra-se sujeita ao pagamento das taxas previstas no **Regulamento de Liquidação e Cobrança de Taxas de Urbanização e Edificação do Município de Valpaços**, designadamente da taxa de Ocupação do Espaço Público.----------

Todavia, o **artigo 26.º** do mesmo Regulamento prevê que a Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara Municipal e mediante deliberação fundamentada, pode conceder **isenções totais ou parciais de taxas**, quando razões de **interesse público devidamente justificadas** o imponham.----------

Neste contexto, a instalação do armário de comunicações assume

inequívoco interesse público e estratégico, pelos seguintes motivos:----------

- Contribui decisivamente para a **expansão da cobertura de comunicações eletrónicas de nova geração**, garantindo acesso a serviços digitais essenciais a residentes e empresas;
- Favorece o desenvolvimento **económico e social** do concelho, promovendo inclusão digital e igualdade de acesso a infraestruturas críticas; ----------
- Reforça a **competitividade territorial**, permitindo que Valpaços integre a rede nacional de fibra ótica, atraindo investimentos e melhorando a conectividade; ----------
- Apoia políticas públicas de modernização tecnológica, coesão territorial e inovação, em especial em zonas de baixa densidade populacional; ----------
- Incentiva investimento privado em infraestruturas estratégicas sem custos diretos para o Município.----------

II – Da Proposta em Sentido Estrito.----------

Face ao exposto, propõe-se que a Câmara Municipal delibere:------

1. **Reconhecer o interesse público, económico e tecnológico** subjacente ao projeto de instalação do armário de comunicações da Dstelecom II Norte, Unipessoal Lda., como fator estratégico para o desenvolvimento digital e inclusão no concelho de Valpaços; ----------
2. Deliberar que, caso a presente proposta seja aprovada, a mesma seja **submetida à Assembleia Municipal**, ao abrigo do disposto no **artigo 26.º do Regulamento de Liquidação e Cobrança de Taxas de Urbanização e Edificação do Município de Valpaços**, para efeitos de deliberação sobre a **isenção total das taxas municipais** devidas pela utilização privativa

do domínio público para a instalação da referida infraestrutura, pelo **período de 20 (vinte) anos**, correspondendo ao período da autorização requerida, condicionada à manutenção da utilização para fins de serviço público de comunicações eletrónicas.----------

Valpaços, 26 de março de 2026.----------
O Chefe de Gabinete de Apoio à Presidência.----------
A. Fontoura Faria, Dr.----------
O senhor Presidente da Câmara Municipal fez a intervenção inicial para apresentação e defesa da proposta do executivo municipal, em suporte documental, que se transcreve na íntegra: ----------
«Um pouco à semelhança da proposta discutida no ponto anterior, aqui também se trata de um pedido de isenção de taxas, solicitada pela sociedade «Dstelecom», tendo em vista a construção de um armário destinado às comunicações via fibra ótica, a instalar em Argemil.----------
A construção deste armário ocupará uma área diminuta no domínio público, falamos de 4 por 4 metros, ou seja, 16 metros quadrados, e que permitirá, e é aqui que reside a razão para que esta proposta venha hoje aqui à discussão, a expansão da fibra ótica em todo o nosso concelho.----------
Como já repararam, desejo um concelho moderno, dinâmico e a instalação de infraestruturas de comunicações eletrónicas, nomeadamente rede de fibra ótica, constitui um fator crítico de desenvolvimento económico, coesão territorial e inclusão digital, alinhado com as prioridades nacionais e europeias. Com esta nova estrutura a construir, irão beneficiar cerca de 7.000 lares, ou seja, a partir de março de 2027, poderá o concelho ter uma cobertura quase integral com rede de alta velocidade, reduzindo assimetrias territoriais e garantindo igualdade de acesso a serviços digitais para todos os valpacenses, promovendo, ainda, maior competitividade das empresas, comércio e serviços, a

atratividade de trabalhadores remotos e novos investimentos, a melhoria dos próprios serviços públicos, incluindo educação, saúde e administração digital.----------

A presente proposta visa, no fundo, viabilizar um investimento estruturante que, de outra forma, poderia não ocorrer com a mesma abrangência territorial, garantindo assim benefícios coletivos superiores à receita municipal potencialmente a arrecadar.-------

Por último, dar nota que se não criarmos condições hoje, estaremos amanhã a tentar recuperar um atraso, com mais custos e menos oportunidades.----------

É o que cumpre informar!»----------

Intervenções: Deputado Francisco Machado e Presidente da Câmara Municipal.----------

DELIBERAÇÃO: Aprovada por maioria, com quarenta e oito votos a favor e três votos contra do Partido Chega.----------

Intervenção final do Senhor Presidente da Câmara Municipal, em suporte documental e cujo teor se transcreve na íntegra para todos os efeitos legais:----------

«Ex.ma Senhora Presidente da Assembleia Municipal, Dr.ª Ana Povo,

Ex.mos Senhores Deputados da Assembleia Municipal,----------

Ex.mos Senhores Presidentes de Junta de Freguesia,----------

Caros funcionários e colaboradores do Município de Valpaços,---

Minhas Senhoras e Meus Senhores,----------

Antes de darmos por concluídos os trabalhos, permitam-me deixar três breves notas finais.----------

Em primeiro lugar, uma referência ao momento institucional que hoje aqui vivemos. Encerramos uma Assembleia onde foram analisados e debatidos instrumentos fundamentais para a gestão e o desenvolvimento do concelho. Estes momentos são, por natureza, espaços de pluralidade e discussão, mas exigem também sentido de responsabilidade, na medida em que as decisões tomadas têm consequências diretas na vida das pessoas e no rumo de Valpaços.

A governação municipal constrói-se precisamente neste equilíbrio: com planeamento, com exigência, com contas certas e com opções sustentadas. Faz-se através de um trabalho consistente, muitas vezes discreto, mas sempre orientado para garantir melhores serviços, promover investimento estruturante, reforçar a coesão territorial e assegurar a estabilidade financeira do município.--

A segunda nota é de reconhecimento e agradecimento. Quero começar por dirigir uma palavra a todos os trabalhadores do Município de Valpaços que contribuíram para o normal funcionamento desta Assembleia e para a preparação dos documentos hoje apreciados.---

Uma palavra de especial apreço para todos os que estiveram envolvidos na elaboração e verificação da conta de gerência de 2022, do Relatório de Atividades e Contas de 2025 e da 2.ª revisão dos documentos previsionais, processos exigentes, de elevada complexidade técnica e de grande responsabilidade política. Em particular, ao Dr. Francisco Lavrador e à sua equipa, pelo rigor, pela dedicação e pela competência demonstrada. Quero ainda sublinhar, de forma muito clara, a forma como o Dr. Francisco Lavrador conduziu todo o processo junto do Tribunal de Contas, num trabalho exigente, minucioso e de elevada responsabilidade, que culminou com a homologação da verificação interna da conta de gerência de 2022, sem qualquer reparo. Trata-se de um resultado que não só atesta a qualidade técnica do trabalho desenvolvido, como reforça a confiança nas práticas de gestão do Município. Por isso, deixo aqui uma nota muito expressiva de reconhecimento e agradecimento ao Dr. Francisco Lavrador e a toda a sua equipa, pelo empenho, pelo profissionalismo e pela forma exemplar como responderam a este processo.----------

Quero também destacar o trabalho do Diretor do Departamento de Administração Geral, Dr. Luís Chaves, não só pelo rigor com que assegura o enquadramento administrativo e jurídico do Município, mas, de forma muito particular, pela condução firme, tecnicamente

irrepreensível e estrategicamente consistente do contencioso com as Águas do Norte. Os resultados são inequívocos: o Município tem obtido vencimento reiterado no Tribunal Administrativo e Fiscal de Mirandela, com decisões que validam, de forma clara, a posição jurídica que temos vindo a sustentar. Ainda ontem fomos notificados de mais uma decisão favorável, no processo de maior expressão, no valor de cerca de 1 milhão e 200 mil euros. Isto não é circunstancial nem conjuntural, é o resultado de uma atuação juridicamente sólida, sustentada e coerente, que tem resistido ao escrutínio jurisdicional em todas as instâncias em que foi apreciada. Esse mérito deve ser afirmado sem reservas, e é isso que aqui faço, reconhecendo ao Dr. Luís Chaves e à sua equipa um contributo determinante para a consolidação da posição jurídica do Município em sede contenciosa e para a plena salvaguarda dos seus interesses patrimoniais.----------

Dirijo igualmente uma palavra ao meu Chefe de Gabinete, pelo acompanhamento permanente, pela lealdade institucional e pela capacidade de coordenação num processo que exige método, organização e sentido de responsabilidade.----------

Aos meus colegas do executivo municipal – Dr.ª Teresa Pavão, Dr. Miguel Lopes, Eng.º João Barroso e Dr.ª Andreia Cunha, deixo também o meu reconhecimento pelo trabalho conjunto, pelo espírito de colaboração e pela forma como, por vezes perante diferentes perspetivas, conseguimos manter um caminho comum, centrado no interesse público e no compromisso com Valpaços».----------

Antes do encerramento da reunião, a senhora Presidente da Assembleia Municipal propôs que a Ata fosse aprovada em forma de minuta para os assuntos terem eficácia imediata. ----------

A proposta foi aprovada por unanimidade.----------

E nada mais havendo a tratar, a senhora Presidente da Assembleia Municipal deu por encerrada a reunião pelas 19:40 horas, da qual se lavrou a presente ata, que depois de aprovada, vai ser assinada pelos Membros da Mesa.----------

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VALPAÇOS

MINUTA DA ATA N.º 4

A Presidente da Assembleia Municipal

Ana Marcia de Pinho Pao

O Primeiro Secretário da Assembleia Municipal

Maria Odete do Canto Cunha Gonçalves

O Segundo Secretário da Assembleia Municipal

Saul António Teixeira Pereira